

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Guadalupe Simplício Rodrigues

**A criança da escola periférica na perspectiva bioética: um estudo de caso
sobre a vulnerabilidade da criança no contexto escolar**

Rio de Janeiro

2023

Guadalupe Simplício Rodrigues

A criança da escola periférica na perspectiva bioética: um estudo de caso sobre a vulnerabilidade da criança no contexto escolar

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética aplicada e Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense. Área de Concentração: Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sônia Beatriz dos Santos

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

R696	Rodrigues, Guadalupe Simplício A criança da escola periférica na perspectiva bioética: um estudo de caso sobre a vulnerabilidade da criança no contexto escolar / Guadalupe Simplício Rodrigues. – 2023. 83 f. Orientadora: Sônia Beatriz dos Santos Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense. 1. Instituições Acadêmicas. 2. Educação - Ética. 3. Direitos Humanos. 4. Estudantes. 5. Fatores Socioeconômicos. 6. Áreas de Pobreza. I. Santos, Sônia Beatriz dos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título. CDU 37.06(815.3)
------	---

Bibliotecária: Julia Franco Barbosa – CRB 7 5945

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Guadalupe Simplício Rodrigues

A criança da escola periférica na perspectiva bioética: um estudo de caso sobre a vulnerabilidade da criança no contexto escolar

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética aplicada e Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense. Área de Concentração: Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.

Aprovada em 25 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Sônia Beatriz dos Santos (Orientadora)
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Patrícia Elaine Pereira dos Santos
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças periféricas, aquelas subalternas que circulam pelas cidades, brincando, chorando, sobrevivendo, sorrindo e sendo criança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por poder a cada dia aprender a ser um pouco melhor. Agradeço, pois se não fosse o seu infinito amor e bondade certamente eu não teria chegado aqui, foram tantos dias tortuosos onde cogitei em parar e desistir, não pelo cansaço ou por questões da vida tão somente, mas por acreditar que seria incapaz, por diversas vezes pensar que não daria conta.

A academia é muito complexa, e ela não admite contratempos, mesmo que isso posso nos impossibilitar de seguir, nos últimos dois anos onde estive debruçada a entender o desafio educacional frente as necessidades básicas públicas, me vi vulnerável, sensível e pude me colocar no lugar de diversas pessoas que precisam ser fortes e a cada dia procurar alternativas para usufruírem do mínimo dos direitos que lhe são negados, mas que outrora foram instituídos a fim de dar-lhe mínima dignidade. Chorei, como chorei, revivi momentos, ouvi relatos de inúmeras crianças que estão gritando, mas não são ouvidas, pois não conseguimos alcançar seus sentimentos.

Agradeço a todas as pessoas que participaram dessa construção, em especial a minha família, meus irmãos Luiz Guilherme Simplício Rodrigues e Milene Simplício Rodrigues que sempre me deu o suporte e o colo, quando não tinha forças para continuar

Agradeço a minha orientadora Sônia Beatriz dos Santos por ter me escolhido como orientando e mesmo com tantas dificuldades que tive, não desistiu de me corrigir, me orientar, me ajudar, mesmo quando demorava a dar uma devolutiva do que eu estava fazendo.

Agradeço ao PPGBIOS pela oportunidade de conhecer e partilhar com diversos profissionais de áreas totalmente diferentes da minha conhecimentos e dividir experiências

Agradeço as minhas amigas Gabrielle da Silva Mesquita, Mariana Santiago Tavares Correa, Marisa Conceição e Vitória Índio do Brasil por todo suporte, por todas as dicas acadêmicas, por todos os choros partilhados e sobretudo por todas as orações que fizemos uma pelas outras, e ao meu amigo, Leonardo Bassi que mesmo de longe nunca deixou de me incentivar.

Agradeço a minha mãe, Miriam de Fátima Simplício que sempre confiou em mim, e mesmo quando eu não queria continuar, pois tive muita dificuldade com as demandas tecnológicas que tivemos no período de pandemia em que não sabia usar as plataformas das aulas, nem ligar uma câmera e chorava, pois me via muito distante dos meus colegas de classe.

Agradeço a ela ainda pela paciência em me ver estudando e tentando ajudar nas entregas das quentinhas, a descer as escadas levando os pedidos, e com o computador sempre ligado em cima da mesa ao lado das embalagens de quentinhas

Agradeço o amor que transmitiu nesse período tão intenso, pandemia, choro, desemprego, tragédias ambientais e mesmo em meio ao caos, sempre acreditou na educação

Agradeço a escola, sobretudo a pública e periférica que estudei e que foi a cereja do bolo deste trabalho por seguir resistindo, e por saber que dela sairão muitos frutos

Agradeço a CAPES pela bolsa que me auxiliou nesse período, ainda mais diante de uma crise mundial que nos cercava.

Agradeço a cada criança que pude conversar e dar aulas aqui na varanda de casa, sem receber nada em troca, mas pude dar uma alegria em meio a tanta dor

Agradeço a todos os petropolitanos que me ensinaram que até mesmo na dor de um luto tão profundo que vivemos juntos, não desistiram de sonhar e reconstruir.

Agradeço a Deus mais uma vez por tudo que vivi nesse tempo, por todas as experiências vividas e por todo cuidado e amor para comigo.

Ah, se não fosse o amor do Senhor, certamente esse trabalho teria ficado no papel, aquele papel dobrado dentro da caixinha de oração.

Agradeço a minha psicóloga Elizabeth, por ter me ensinado a enfrentar o medo, e seguir em frente até mesmo depois da dor.

Muito obrigada a cada um que foi um instrumento para que hoje eu estivesse aqui concluindo mais uma etapa acadêmica.

Hoje, com a graça de Deus posso dizer Ebenezer! Até aqui me ajudou o Senhor!!!

"Para que todos possam ver, saibam, considerem e juntamente entendam que a mão do Senhor fez isso, e o Santo de Israel o criou." Isaías 41:20

Empapuçado ele sai, vai dar um rolê
"Não acredita no que vê, não daquela maneira
Crianças, gatos, cachorros disputam palmo a palmo
Seu café da manhã na lateral da feira
Molecada sem futuro, eu já consigo ver
Só vão na escola pra comer, apenas nada mais
Como é que vão aprender sem incentivo de alguém
Sem orgulho e sem respeito
Sem saúde e sem paz
Um mano meu 'tava ganhando um dinheiro
Tinha comprado um carro, até Rolex tinha!
Foi fuzilado a queima roupa no colégio
Abastecendo a playboyzada de farinha
Ficou famoso, virou notícia, rendeu dinheiro aos jornais
Ha!, cartaz à policia
Vinte anos de idade, alcançou os primeiros
Lugares, superstar do Notícias Populares!
Uma semana depois chegou o crack
Gente rica por trás, diretoria
Aqui, periferia, miséria de sobra"

Homem na Estrada (Racionais MC's. Composição Mano Brown)

RESUMO

RODRIGUES, Guadalupe Simplício. *A criança da escola periférica na perspectiva bioética: um estudo de caso sobre a vulnerabilidade da criança no contexto escolar*. 2023. 83 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2023.

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar que aspectos presentes no ambiente escolar de uma escola pública periférica no município de Petrópolis podem contribuir para a não efetivação e garantia dos direitos educacionais de suas crianças. Buscamos discutir esta proposta a partir da perspectiva da bioética levando em consideração as demandas sociais em que se torna um instrumento de polarização de uma educação fragmentada, seletiva, e que estigmatiza as periferias de forma negativa. A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa para levantar informações sobre o impacto social que existe por residirem e estudarem nas localidades periféricas e levantar informações sobre o impacto da pandemia de covid 19 na educação em uma escola municipal localizada em um bairro em contexto do município de Petrópolis.

Palavras-chave: espaços escolares; Bioética, estudantes, periferia; desigualdade social; desigualdade racial.

ABSTRACT

RODRIGUES, Guadalupe Simplício. *The peripheral school child from a bioethical perspective*: a case study on the vulnerability of children in the school context. 2023. 83 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2023.

The objective of this paper is to identify and analyze what aspects present in the school environment of a peripheral public school in the municipality of Petrópolis may contribute to the non-enforcement and guarantee of the educational rights of their children. We seek to discuss this proposal from the perspective of bioethics, taking into account the social demands in which it becomes an instrument of polarization of a fragmented, selective education, and that stigmatizes the peripheries in a negative way. The methodology used to carry out this work was field research, with a qualitative approach to raise information about the social impact that exists by living and studying in peripheral localities and to raise information about the impact of the covid 19 pandemic on education in a municipal school located in a neighborhood in context of the municipality of Petrópolis.

Keywords: school spaces; students; periphery; social inequality; racial inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Crianças e adolescentes com ou sem privações no Brasil – UNICEF ...	22
Figura 1 –	Plataforma Educa em Casa	50
Figura 2 –	Plataforma Educa em Casa Dias da Semana	51
Gráfico 2 –	Coeficientes de incidência e mortalidade, Mundo, Brasil, Rio de Janeiro e Petrópolis.....	54
Figura 3 –	Crianças brincando na escola após o temporal.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
CNE	Conselho Nacional da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	A ESCOLA	19
1.1	Pensando em direitos educacionais em uma escola periférica	21
1.2	A escola em contextos periféricos	26
1.3	1.3 A ineficiência do direito educacional	30
2	A PERIFERIA	37
2.1	A periferia e a escola	38
3	CRIANÇA PERIFÉRICA	44
3.1	A experiência docente em uma escola periférica pós pandemia	45
3.2	O impacto da pandemia da covid 19 na educação	47
4	DIFERENÇAS, DIVERSIDADES E DESIGUALDADES	57
4.1	Bioética de intervenção na escola pública de periferia: uma perspectiva	64
5	DIARIO DE CAMPO	66
	CONCLUSÕES	73
	REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Logo após o término da minha graduação em Pedagogia tive a oportunidade de trabalhar em um projeto das escolas de tempo integral na minha cidade em cujo objetivo era levar as crianças a se familiarizar com a matemática de forma lúdica, nesse período de um pouco mais de um ano pude ter o contato com cinco escolas públicas sendo duas delas localizadas dentro de periferias da cidade, o que me levou a observá-las de uma forma mais especial. A proposta era estar a cada dia da semana em uma escola diferente e aplicar as atividades lúdicas em que os alunos deviam avaliá-las, se entenderam, se gostaram ou se acharam difícil, a partir dessas observações a secretária de educação fazia um balanço sobre a aprendizagem e dificuldade de cada criança considerando as séries em que cada criança estava.

E observando as diferentes formas em que cada criança reagia diante das atividades propostas, percebi que cada escola reagia de uma forma, e majoritariamente todos os alunos das turmas ao qual passava sentia a mesma dificuldade. Com isso, vimos uma disparidade enorme em aprendizado nas escolas que eram localizadas em bairros não periféricos em detrimento das escolas que eram nas periferias, dessa forma ficou explícito que tudo que as crianças recebiam na escola, elas devolviam para o meio ao qual viviam, mesmo que fosse de forma agressiva.

Cresci e estudei até a minha última série do ensino fundamental em uma periferia de minha cidade, e tive contato com diversas crianças que moravam em lugares insalubres e com isso vi que as condições de vida de uma pessoa sempre serão responsáveis pelas suas atitudes tomadas em sociedade, a falta de habilidades éticas básicas necessárias para garantir nossa própria sobrevivência, demonstra que qualquer tipo de mudança social hoje, sem que a sociedade seja familiarizada com princípios morais são totalmente mortais e rapidamente conseguimos transformar nosso ambiente social e natural em tecnologia (SAVULESCU,2019) e nos distanciamos do fato básico de melhores condições de vida humana.

A escolha pelas escolas de periferia se deu a partir de uma reflexão, onde sem muito esforço nota-se tamanha diminuição de seus direitos pelo simples fato desses mesmos estarem ali inseridos, fazendo com que haja um maior distanciamento das periferias e os lugares não

periféricos. O que acarreta um afastamento ainda maior das periferias dos grandes centros, limitando-os a estarem somente naquele espaço.

Este estudo teve como objeto de pesquisa o ambiente escolar de uma escola municipal do Município de Petrópolis, no estado Rio de Janeiro (que é uma escola pública situada na periferia do município), e tem ainda, como sujeito da pesquisa, crianças, estudantes do ensino fundamental I e II e as (os) profissionais de educação que atuam na escola. Nosso objetivo principal foi buscar identificar e analisar que aspectos presentes no ambiente escolar de escolas públicas periféricas no município de Petrópolis têm contribuído para marginalizar e limitar os direitos educacionais de suas crianças. O estudo será conduzido a partir do olhar bioético que é a ciência “cujo objetivo é indicar os limites e as finalidades da intervenção do homem sobre a vida, identificar os valores de referência racionalmente proponíveis, denunciar os riscos das possíveis aplicações” (LEONE; PRIVITERA; CUNHA, 2001).

Adicionalmente, foram trabalhados como objetivos específicos: problematizar a ideia da escola periférica como um lugar de manutenção de desigualdades raciais e sociais, identificar o perfil sociodemográfico das crianças, de seus responsáveis, e dos profissionais de educação que trabalham na escola, e identificar qual foi o impacto da pandemia de covid-19 na vida das crianças e de suas famílias, e dos profissionais da escola.

No art 5.º da Constituição Federal¹ assegura os direitos individuais e coletivos, e diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, nos termos seguintes

I homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição; II ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III ninguém será submetido a tortura nem tratamento desumano ou degradante; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

Todos somos iguais diante da lei, a pergunta que fica é porque as escolas situadas em áreas periféricas são rotuladas de forma negativa e com isso as suas crianças são vistas de forma ineficiente?

“Apesar de a educação ser um direito de todos, dependendo de onde a pessoa mora, ela recebe um direito diferente” disse Luís Araújo da universidade de Brasília quando esteve na conferência nacional da Educação². Essa frase de Araújo nos leva a refletir que não é

¹BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

²Disponível em: Acesso em 23 de julho de 2021

somente o lugar que a pessoa reside, mas o lugar em que a escola dela está localizada o faz alvo do direito, ou de sua ausência.

Sabendo que a escola é o lugar em que temos o nosso primeiro contato com os seres sociais, e que ela pode ser o único lugar em que algumas pessoas terão acesso à cultura, diversidade e sua história, ela possui um papel de suma importância na sociedade. Localizada em periferias, ela tem não só a possibilidade de apresentar a sociedade e tudo que dela podemos desfrutar, mas também pode ser o lugar em que essas crianças terão a possibilidade de conhecer uma nova perspectiva de vida. Não dizendo que as crianças que as pessoas que ali residem são pessoas de má índole, mas apresentando a essas crianças possibilidades.

No entanto, se esse lugar que outrora devia ser o lugar e apresentar possibilidades, não conhecendo as especificidades que o lugar em que está inserida lhe traz e tento profissionais que estão ali para trabalhar, e em alguns casos não querendo estar ali, transformam esse ambiente escolar, em um lugar que não aproxima essas crianças, mas as distanciam, e com isso, a escola se torna um lugar preparatório para inserir cidadãos na sociedade e não um lugar libertado, e para isso, Demerval Saviani (1992) nos afirma:

A educação, enquanto fator de equalização social, será, pois, um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. Portanto, a educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a construção de uma sociedade cujos membros, não importa as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica (SAVIANI, 1992, p. 20).

E assim justifica-se assim que a escola sendo um lugar de ajustar e adaptar pessoas a sociedade, favorece ainda mais na desigualdade em relação às crianças de escolas periféricas e as que não são, e sobretudo dentro dessa perspectiva, a escola passará por cima de alguma verdade desconhecida de alguém, se a escola que estou inserida me vê como um marginal, eu já não tenho mais expectativas de que fora dela eu possa ser vista como alguém de bem, e assim permanece a disparidade entre as periferias e os grandes centros.

Entendendo que a Bioética perpassa pela ética e que visa pensar as questões do dia a dia, e que diz respeito a sociedade e visa dialogar com todos, nos amplia a visão de que as escolas periferias não só fazem parte dessa sociedade, mas sobretudo é alvo de direitos e deveres que serão posteriormente devolvidos a sociedade, como forma de resultado do que foi “aprendido” naquele espaço.

A escola deve ser um espaço de aprendizagens com o propósito de aproximar as crianças dela, de propiciar que tenham vivências escolares significativas para suas vidas em sociedade. A escola representa a primeira experiência de socialização coletiva com os diferentes que uma criança terá. São estas vivências que as formarão enquanto cidadãs e cidadãos pensantes e aptos para se inserirem em sociedade.

Nesta perspectiva, crianças de escolas de periferias acabam não recebendo os seus direitos educacionais de forma integral e ainda com frequência são rotuladas e marginalizadas por aqueles que vivem fora das periferias, o que dificulta ainda mais o diálogo social dentro desse prisma. A criança que outrora fosse o principal alvo da escolarização acaba recebendo rótulos socialmente construídos em observações feitas sobre ela que não condiz com sua realidade, mas que por pertencerem às periféricas carregam o fardo de marginalização imaginária³, o que nos leva a lembrar o que Miguel Arroyo diz no seu livro *Imagens Quebradas* de 2009, em que diz:

Agora vemos que as marcas de uma perversa e imoral estrutura econômica e social nos chegam como tatuagens nos corpos e nas condutas dos próprios alunos(a). As condições inumanas em que milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos, alunos, têm de sobreviver deveriam ser muito mais preocupantes do que as indisciplinas e violências. Que esperar de crianças famintas e de adolescentes atolados na sobrevivência mais imediata? Quando os seres humanos são acucados nos limites da sobrevivência, sem horizontes, será difícil controlar suas condutas. Talvez resulte estranha, mas lembro da dura frase de Nietzsche: “Os insetos não picam por maldade, mas porque querem sobreviver” (ARROYO, 2009, p. 16-17).

O ser bioético deve lidar com o outro, devendo integrar sua biologia com sua biografia, que o tornará competente para exercer sua cidadania (COHEN; GOBBETTI, 2004) e nesse sentido o que vemos é uma disparidade entre o que devia ser feito e o que se é feito. Essa diferença acaba nos deixando uma pergunta: por que as escolas públicas localizadas em áreas periféricas e suas crianças são marginalizadas e limitadas em seus direitos educacionais?

Numa visão ampla em que a bioética está inserida, nos permite a percepção que os problemas que criamos partem das relações psicossociais, causados pela inserção do indivíduo na cultura (COHEN; GOBBETTI, 2004) ou seja, toda essa diferença é causada baseada naquilo que temos construídos como sociedade, entretanto, o ato de exercer a eticidade pode nos ajudar a identificar esses fatores que rotulam alguns em detrimento de

³Chamo de imaginária, pois parte de uma construção que nos foi apresentada e que nos leva a automaticamente a rotular as periferias como lugares produtores de marginalização.

outros, e assim nos levar a olhar o indivíduo como ser humano e não considerando o lugar em que está inserido.

Considerando as demandas sociais em que se torna um instrumento de polarização de uma educação fragmentada, seletiva, e que estigmatiza as periferias de forma negativa, e com isso identificar e analisar que aspectos presentes no ambiente escolar de escolas públicas periféricas no município de Petrópolis têm contribuído para que essas crianças não recebam seus direitos educacionais de forma concreta. Um objetivo central desta pesquisa compreende em refletir como a escola periférica pode ser pensada como um lugar de manutenção das desigualdades, assim como o Bourdieu nos diz “a escola não só reproduz como aumenta as desigualdades” (Bourdieu, 1982). Fazendo um paralelo com Miguel Arroyo em imagens quebradas que diz:

Por vezes, nossos alunos passam anos assistindo aulas onde se explica tudo, menos suas vidas. Porque a escola e seus professores que sabem tanto sobre tantas matérias pouco sabem e explicam sobre a infância, a adolescência, a juventude, suas trajetórias, impasses, medos, questionamentos, culturas e valores? (ARROYO, 2009, p.305)⁴

Essas diferenças que encontramos no ambiente escolar já nos alertam que em um contexto escolar periférico existe uma grande polaridade que afetam essas crianças e conseqüentemente prejudicam o processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar.

Criança é o gerúndio do verbo criar. Criança é aquele que deve ser criado. Portanto, a palavra criança quer dizer que se espera, se deseja e se faz tudo para que ela se crie nos dois sentidos da palavra: torna-se um adulto e seja criadora de sua própria vida (CHAUI, 1990).

Cada criança traz consigo uma singularidade, e todas são um produto social, desde o momento em que elas chegam no mundo, já predisposta a pertencerem a um determinado grupo em sociedade. E cada uma delas oferece o que recebe de volta à sociedade, no que diz respeito às crianças periféricas, o ser social delas, muitas vezes definido apenas para se ter contato com a periferia e tudo que ela oferece.

A periferia por sua vez é um lugar que se olharmos para o passado onde a mesma era o lugar de refúgio para homens e mulheres que outrora escravizados, não tiveram opção a não

⁴ARROYO, Miguel G. *Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

ser se refugiarem as margens das grandes cidades, e indo aos morros na tentativa de se abrigarem em barracões, e protegerem seus entes queridos, esses que tiveram suas vidas totalmente sucumbidas e por muitos e muitos anos serviram, choraram, sofreram e viram morrer muito dos seus, para que o dos dominadores fossem protegidos.

Esses homens e mulheres que foram escravizados, negros e negras, que foram trazidos para o Brasil sem ao menos que deles fossem ouvidos uma palavra, deles foram roubadas, tempo, sonhos, família, dignidade e vida. A vida que era insignificante para homens brancos que só queriam ser servidos, pois deles eram todo poder.

E tudo isso até o momento reflete no que consiste as periferias, grande parte dela ainda é constituída pela população negra, deixando visível as marcas da escravidão, e diante disso podemos dizer que as escolas periféricas também têm essa cor, e carrega essas marcas. Marcas que vemos nos muros, nas salas de aula, nos corpos das crianças. Tudo o que vemos é um retrato de algo que só lemos, e só ouvimos falar, mas ainda está em nosso meio, segregando, separando, desqualificando e fortalecendo ainda mais as desigualdades sociais.

Subir as periferias e ver que tudo que lemos é um pedaço do que se vê é de arrepiar, mas entender que existe um sistema que se alimenta e se fortalece com a manutenção dela é perceber que ser periférico é um ato político de resistência, em um sistema que quer destruir aos poucos, pois precisam de nossa mão de obra, barata, surrada, cansada e cheia de marcas.

As escolas que se localizam nessas periferias servem para auxílio das famílias que moram em áreas de risco, de apoio social, de mantenedoras, de fuga. A escola por si só já carrega responsabilidades sociais enormes, a mesma em periferias, carrega em porção dobrada essas responsabilidades.

O que temos diante de tudo isso são crianças em processo de construção social, famílias desamparadas e um espaço criado para inserir indivíduos em sociedade a partir de uma perspectiva social, mas desafiada pelos inúmeros desafios que integra.

Um dos desafios que as escolas periféricas e ou até mesmo localizadas em contextos periféricos começa em sua gestão e nos professores que formam o quadro funcional, predominantemente essas escolas são constituídas por professores que possuem vivências diferentes das pessoas que nela estudam, fazendo com que o espaço escolar perca o sentido para aquelas crianças.

Essas crianças acabam respondendo essas diferenças de forma violenta, seja com palavras ou ações, e isso não quer dizer que elas sejam violentas, elas só estão se protegendo, pois, a violência elas já estão recebendo, de quem não conhece a sua história e também não é uma história atraente de se ouvir.

Diante de todo o exposto, e levando-se em conta o compromisso da bioética com os vulneráveis, vida humana, com direitos humanos e cidadania, diversidade cultural, racismo e diversas outras formas de discriminação, dentro desta perspectiva discutiu-se a vulnerabilidade da criança no contexto escolar, a partir da escola periférica.

Uma perspectiva bioética é um modo de olhar o mundo da vida, seus conflitos e de pensar em soluções e alternativas a eles, assim como a declaração universal sobre Bioética e Direitos Humanos, vai nos explicitar sobre o respeito pela dignidade humana e proteger aos direitos humanos, assegurando o respeito pela vida dos seres humanos e pelas liberdades fundamentais, de forma consciente⁵.

Nesse sentido, o que vemos é que existe um distanciamento enorme na realidade dessas crianças com esses direitos que são pautados, e isso reflete de forma violenta a periferia, e as escolas nela inseridas, e nas nossas crianças que são o produto social. E tudo isso repercute na forma em que esses, sejam vistos, de forma que cada um deles recebem do outro um olhar pragmático, Bourdieu & Saint-Martin (2011, p. 193) vão trazer uma alteração sobre essas maneiras de classificação que acontecem inclusive no contexto escolar

Não há dúvida de que os julgamentos que pretendem aplicar-se à pessoa em seu todo levam em conta não somente a aparência física propriamente dita, que é sempre socialmente marcada (através de índices como corpulência, cor, forma do rosto), mas também o corpo socialmente tratado (com a roupa, os adereços, a cosmética e principalmente as maneiras e as condutas) que é percebido através das taxinomias socialmente construídas, portanto lido como sinal de qualidade e do valor da pessoa (BOURDIEU, SAINT-MARTIN 2011, p.193).

E nesta perspectiva, o que podemos observar é que as periferias já carregam consigo a ideia de ser um lugar em que não há pessoas boas, e por consequência, suas escolas não favorecem essas pessoas, apenas servem para reforçar e reafirmar esses julgamentos que são liberados a elas, com isso não nos aproximarmos dela e somos bruscamente afastados, pelo sentimento de medo que nos é imputado.

⁵ Assembleia Geral da ONU (2005). Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Disponível em: Acesso: 17 de julho de 2021.

1 A ESCOLA

Toda escola está localizada em um território, um espaço social capaz de alterar a rotina de suas atividades cotidianas, o processo de ensino-aprendizagem ou mesmo suas interações internas, no universo intramuros, entre os diferentes atores que fazem parte do que a sociologia da educação comumente denomina comunidade escolar. Esse impacto dos territórios, por sua vez, não se restringe aos contatos habituais estabelecidos com indivíduos e instituições do ambiente extramuros, mas se dá também como resultante de fenômenos de alcance mais amplo, que se projetam sobre lugares concretos e se atualizam nas experiências individuais. O território atua nas relações sociais, e sobre a vida das pessoas. (RIBEIRO, 2014. p.41)

A escola que foi modelo para este projeto, foi fundada no dia vinte e um de maio de 1997, construída em cima de um morro no coração da cidade Imperial da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A escola está localizada em cima de um dos mais importantes pontos turísticos da cidade, onde há tráfico de drogas e espaços de violência, em uma cidade turística, ocasionando um paradoxo na paisagem social urbana.

A escola que chamaremos de Escola Municipal Liberdade⁶, para ser preservada sua identidade, é uma escola localizada dentro desse contexto periférico, que fica localizada no primeiro distrito da cidade de Petrópolis, em que está inserido um dos pontos turísticos de grande importância para a cidade.

A escola possui ensino fundamental, I e II do 1º ao 9º ano, sendo todos os anos regulares, possuindo também educação de jovens e adultos -EJA em formato diurno para estudantes em distorção idade/série que são adolescentes repetentes, ou que em algum momento deixaram a escola e depois retornaram e noturno para jovens e adultos conforme a proposta do programa.

Possui um total de 397 alunos, distribuídos nos turnos diurno, vespertino e noturno em 17 salas, divididas em 2 andares. Possui um refeitório, uma sala que funciona a direção da escola, uma sala de orientação pedagógica, uma sala de professores, uma biblioteca, uma sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), uma quadra de esportes coberta, um laboratório de informática, banheiros, um pátio coberto e seis salas criadas para o funcionamento do Programa mais Educação⁷ e com o fim do programa ainda

⁶Nome fictício

⁷O Programa Mais Educação foi uma estratégia do Ministério da Educação com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, foi criado pela portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela resolução FNDE nº 17/2017.

não estão sendo utilizadas pelos estudantes, no momento são usadas apenas para guardar materiais pedagógicos.

A escola passou por uma reforma no ano de 2011 e teve seu espaço expandido, com isso ganhou diversos novos espaços para o melhor desenvolvimento do ensino e a aprendizagem dos estudantes, e acomodar melhor cada um deles, no entanto, a mesma enfrenta hoje a dificuldade de utilizar todos esses espaços que ganharam com a reforma da escola, por ter uma redução no quantitativo de estudantes, por diversos fatores como a mudança de diversos estudantes num mesmo período para outro bairro em julho de 2020, por serem de famílias vítimas de tragédias naturais em que tiveram suas casas atingidas pelas fortes chuvas do ano de 2011, e que nove anos depois do ocorrido, foram contempladas com as casas e apartamentos populares, uma vez que essas famílias depois que tiveram suas casas perdidas ou interditadas estavam morando em casas alugadas pelo aluguel social⁸.

Os estudantes são todos do mesmo bairro, mas moradores de sub-bairros que existem no bairro referido, por ser um bairro grande, as ruas são as divisões dos sub-bairros. Uns moram no morro em cima do ponto turístico, outros em frente, ao lado e nas costas de um hotel, conhecido por tantos. Olhar ao redor do hotel e ver as marcas sociais e naturais que existem na paisagem nos permite perceber as disparidades sociais que encontramos num mesmo bairro, em que é dividido classes sociais pelas ruas ou morros.

Ao redor da escola temos mercadinho, padarias, farmácias, muitos bares e uma pizzaria utilizada como ponto de tráfico na região, o que também representou um dos fatores para que os pais dos estudantes que estavam matriculados nela, terem dado preferência em fazer a transferência para outras unidades escolas, para que seus filhos não pudessem ter que passar por aquele ponto, tendo em vista que para chegar na escola vindo de outros bairros e de lugares próximos a ela é necessário passar por essa pizzaria, que funciona em frente à entrada principal da escola.

⁸Aluguel Social é um benefício criado pelo governo federal destinado a famílias em vulnerabilidade social. No caso das famílias de Petrópolis os beneficiários foram as famílias que tiveram suas casas interditadas pela defesa civil do município ou que perderam suas casas por terem sido vítimas de tragédias naturais

1.1 Pensando em direitos educacionais em uma escola periférica

Direito educacional é um conjunto de normas, princípios, leis e regulamentos que abordam sobre as relações de estudantes, professores, especialistas entre outros envolvidos de forma direta e indireta no processo de ensino-aprendizagem, englobando todas as hierarquias federais, estaduais e municipais que enfatiza três principais esferas como o conjunto de normas do que diz respeito ao processo de aprendizagem, o direito dado a todo ser humano de aprender, ensinar e se aperfeiçoar, e o de se especializar na área educacional.

A educação como um direito social assim como nos diz a Constituição federal em seu art. 6º⁹ "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.", e o que o reafirma como um direito de todos e dever do Estado no ART 205 "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

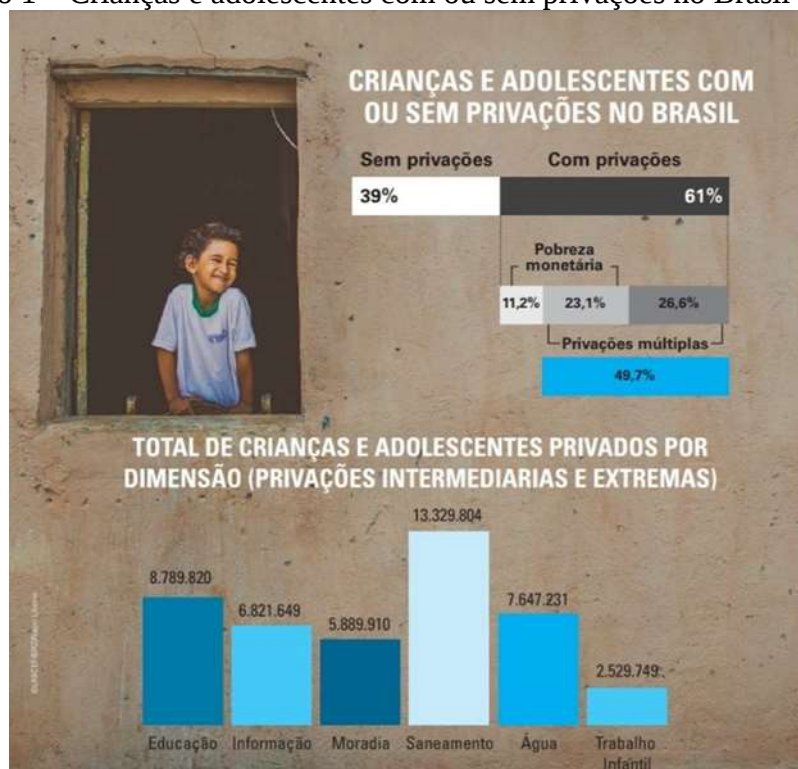
Dentro dessa perspectiva, é de competência do Governo federal elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE) e verificar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar em todos os níveis e sistemas de educação. Ao Estado cabe assegurar o ensino fundamental e oferecer com preferência o ensino médio, e ao Município é atribuído o dever de assegurar o ensino infantil e oferecer com prioridade o ensino fundamental.

A lei de diretrizes e bases para educação nacional assinala como diretivas a inclusão, a valorização da diversidade, a flexibilidade, a qualidade e a autonomia, do mesmo modo que a competência para o trabalho e a cidadania, no entanto, conforme o relatório feito pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) "Pobreza na infância e na adolescência"¹⁰. No final do ano de 2018, 39,7% das crianças com idade de 0 a 5 anos tem seus direitos violados no Brasil, e entre os adolescentes de 14 a 17 anos os percentuais são de 60% com direitos violados, como mostra os dados do gráfico feito pela UNICEF a seguir

⁹Constituição Federal- Direitos Sociais < Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm>

¹⁰Relatório UNICEF: Pobreza na Infância e Adolescência. Acesso em 18 nov 2022

Gráfico 1 – Crianças e adolescentes com ou sem privações no Brasil - UNICEF



Fonte: UNICEF (2018)

Todos esses dados nos alertam para um problema grave que existe em nosso país, apesar de todos os esforços que existem e diante de todas as leis e estatutos que asseguram os direitos das crianças e adolescentes percebemos que de alguma forma são violados. No Brasil, 49,7% crianças e adolescentes têm um ou mais direitos negados. Os mais afetados são meninas e meninos negros, pertencentes a famílias em vulnerabilidade social e monetária, moradores da zona rural, norte e nordeste.

Desta forma percebemos que em algumas regiões do nosso país, há um desfavorecimento de direitos devido à cor, classe social, etnia, entre outros aspectos. Um desses direitos violados e que com um número expressivo está a educação, com cerca de 20,3% das crianças e dos adolescentes têm seus direitos educacionais violados segundo o relatório apresentado pela UNICEF.

No Brasil, 20,3% das crianças e dos adolescentes de 4 a 17 anos têm o direito à educação violado. 13,8% estão na escola, mas são analfabetos ou estão em atraso escolar, estando em privação intermediária. E 6,5% estão fora da escola, em privação extrema. A garantia do direito à educação varia por regiões. No Norte, a proporção de crianças e adolescentes privados de educação é o dobro do que no Sudeste. Há 545 mil meninas e meninos negros de 8 a 17 anos analfabetos, em comparação a 207 mil brancos. O analfabetismo e o atraso escolar afetam 53% mais meninos do que meninas. E quem vive no quintil mais pobre da população tem quatro vezes mais privação do que os do quintil mais rico (UNICEF, 2018)¹¹.

Diferentemente do que é assegurado por lei, às nossas crianças e adolescentes, mesmo cobertos por ela, esses direitos são sonogados. Vale ressaltar que a lei n.º 13.257 de 8 de março de 2016, lei da primeira infância¹², nos diz que

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, **sem discriminação** de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 2016) (grifos meus)

Os direitos fundamentais da criança e do adolescente, segundo o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são os mesmos direitos de qualquer pessoa, tais como o direito à vida, à saúde, à educação, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à cultura, ao lazer e ao esporte, à profissionalização e à proteção no trabalho. Esses direitos são garantidos na Constituição Federal e reafirmados no ECA.

A reafirmação dos direitos direcionados às crianças e aos adolescentes demonstram a fragilidade que existe em nossa constituição, entendendo que o ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, e isso significa que por lei, todas elas têm o direito de acessar a escola, a informação, à saúde, ao saneamento básico, a moradia entre outros e que não acontece em prática, tais direitos se achegam de forma fragmentada violando diretamente os direitos desses meninos e meninas.

Diante de todo o exposto percebemos que um dos direitos violados está o da educação, afetando cerca de 20,3% das crianças e adolescentes em nosso país, entre elas os que mais sofrem com essa violação são as crianças e adolescentes nordestinos, pretos e pobres, vale afirmar ainda que uma parcela dessas crianças são pertencentes de lugares periféricos em que se há um número alarmante de violação de direitos, em quando se vê

¹¹ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf>

¹² Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/312561592/lei-13257-16>> Acesso em: 15 de maio de 2022.

algum tipo de direito usufruído o mesmo é parcial, não se achegando de maneira efetiva dentro do que se prevê por lei.

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos (BRASIL, 2005, p. 40).

Essa realidade que permeia toda a sociedade brasileira e coloca em xeque direitos assegurados às nossas crianças, nos mostram que existem barreiras no que diz respeito ao acesso aos direitos básicos, e cria-se barreiras aos acessos e sobretudo ao acesso à educação, que se torna o direito menos importantes para essas crianças que já não possuem saneamento básico, alimentação e saúde. Como consequência, o aumento da discriminação, da criminalidade, e do desemprego.

A pergunta que persiste: essas pedagogias de proteção e essas políticas éticas para minimizar a precariedade do sobreviver dos educandos não conseguem desconstruir as condições estruturais, injustas, antiéticas, de tornar o direito a vidas igualitárias? Diante dessas limitações estruturais, a crítica e denúncia deverão ser as injustas, antiéticas estruturas de classe, raça, que reproduzem e perpetuam essas desigualdades estruturais no direito à vida justa, humana. Tomar consciência de que apesar dessas políticas “igualitárias” por minorar as desigualdades pela educação, a precariedade e sua distribuição tão desiguais persistem e chegam às escolas. Aumentam. A desproteção vem do Estado de quem esperávamos políticas de proteção. (ARROYO, 2019, p 149)

Toda essa desproteção é oriunda de um órgão responsável para ser efetivada a proteção e dar o efetivo direito à população. A desigualdade fica evidente quando a educação não é prioritária, pois o conhecimento faz com que a população tenha consciência de seus direitos, e quando não se tem consciência de que há uma violação de direitos, não se tem uma mudança, mas sim uma reprodução de violação em direitos em todos os aspectos. O que infringe não só as leis, mas os direitos humanos, para uma vida minimamente digna.

A declaração universal sobre Bioética e Direitos Humanos¹³ garante promover respeito pela dignidade humana e **proteger os direitos humanos**¹⁴, assegurando o respeito pela vida dos seres humanos e pelas liberdades fundamentais. Vale refletir que os direitos das crianças e adolescentes vêm sendo violados de maneiras gritantes em que as crianças que também têm o direito de se posicionarem não estão tendo qualquer possibilidade de desfrutarem de seus direitos, desde o serem vistas como sujeitos de direitos ao se terem acesso aos direitos.

O Art. 5º do Estatuto da criança e do adolescente assegura que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Na prática, há uma grande negligência aos direitos das crianças e adolescentes, sobretudo no que diz respeito à educação e aos acessos, o que se vê mostra que é diferenciado do que é assegurado.

Não estamos em face de um novo dualismo, que nos propõe as falsas alternativas de excluídos ou incluídos. A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos (MARTINS, 2008, p. 11)

Tendo em vista os aspectos observados, vemos que os direitos assegurados por leis e estatutos, outrora, são banalizados o tempo todo. Eles não se achegam a quem mais necessita aproveitar dele, ou quando de alguma forma eles se achegam, eles vêm de forma fragmentada, ou de forma sutil como uma forma de dominar corpos para não serem humanizadas as relações em que possibilita a todos o direito aos acessos e ao desfrute pleno dos direitos

Quando mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos. Na medida em que esta visão "bancária" anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu "humanitarismo", e não humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falta de generosidade {...}. Por isto mesmo é que reagem, até instintivamente, contra qualquer tentativa de uma educação estimulante do pensar autêntico, que não se deixa emaranhar pelas visões parciais da realidade, buscando sempre os nexos que prendem um pouco a outro, ou um problema a outro. (FREIRE, 1997, p. 64)

¹³ Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. < Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf> Acesso em 16 dez 2022.

¹⁴ Grifo do autor

Quando Paulo Freire afirma que a concepção bancária anula o poder criador dos educandos, também nos leva a pensar nos direitos desses educandos que são crianças e adolescentes em processo de construção social, vivendo a margem de quaisquer oportunidade e fora dos padrões daqueles que chamamos privilegiados, essas por sua vez são crianças com vivências marcadas pelas lutas pela sobrevivência, vulneráveis em sua maioria sem saúde, sem educação, sem informação, sem saneamento básico, sem alimento e moradores dos becos, favelas, sertões e periferias, das grandes e pequenas cidades dos muitos Estados espalhados por nosso país.

1.2 A escola em contextos periféricos

“o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes”(FREIRE, 1987,p. 77)¹⁵.

Quando falamos em escolas em contexto periféricas chamamos atenção a um espaço que traz uma ideia de contexto problemático de forma específica e complexa. Nessas escolas, que são majoritariamente públicas, tudo que diz respeito ao contexto social, político e econômico afeta diretamente no processo de aprendizagem dos estudantes e no trabalho do professor, que por sua vez se sente insatisfeito, cansado, angustiado por não conseguir desenvolver o que se planeja, enfrentando situações imprevistas que desestabilizam o trabalho em sala de aula.

Nos estudantes a dificuldade em familiarizar-se com a vida escolar, pois se veem não pertencentes do espaço escolar, pois enfrentam diversas situações fora da escola em que os tornam ainda mais distantes desse universo, como o trabalho precoce para ajudarem suas famílias, os desafios que permeiam suas vivências em periferia, o desânimo, as dificuldades e a desigualdade em que vive. Libâneo em seu livro Democratização da escola pública, A pedagogia crítica - social dos conteúdos, descreve um pouco sobre como a escola pública enfrenta as dificuldades da escola sem discriminar a diversidade que existe na escola, ele diz:

O quadro a que está reduzida a escola pública é melancólico: desinteresse dos governos, professores mal remunerados, despreparados, desanimados, crianças famintas, precocemente envolvidas no trabalho ou na marginalidade, empobrecidas

¹⁵ FREIRE, Paulo – Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra. Pg.77-95. 1996.

culturalmente face às suas condições de vida, prejudicadas escolarmente por uma escola inadequada; escolas sujas, vidros quebrados, falta de recursos didáticos etc. Ou seja, os governos estão deixando que a escola permaneça numa agonia sem fim, não para matá-la, mas para mantê-la nos limites mínimos de sobrevivência, tal como vem fazendo com o povo. Não está nos planos dos governos a elevação da qualidade da escola, porque não interessa à classe dominante a formação cultural verdadeira que libertaria os indivíduos e possibilitaria a tomada de consciência dos mecanismos de dominação capitalista. (LIBANEO, 1990, p.80)

Nesse modo, vemos que a escola, sobretudo pública e em contextos periféricos, apresenta diversos desafios, entre eles o de combater o afastamento dessas crianças e adolescentes que não se veem como pertencentes a esses espaços, pelas formas em que vivem ou sobrevivem. A escola, atualmente, ainda carrega as ideologias e os modelos do passado, e assim acabam por não reconhecer os seus estudantes, que por sua vez, não veem sentido em estarem ou não naquele espaço.

A escola de modo geral enfrenta um desafio hoje antes de tudo de saber para qual público alvo ela é voltada, uma vez que sabemos que o primeiro modelo de escola era voltado somente para a elite e todo seu sistema era na intenção de formar uns para explorar outros, e assim percebemos que a escola sendo um aparelho ideológico do Estado ela trabalha nessa perspectiva mesmo que isso de alguma forma dificulte o acesso e a continuidade dos estudantes nela, e assim percebemos que o espaço que hoje é pensado como elemento para equalizar a chances de todos, na verdade, é o elemento que reproduz a desigualdade ao invés de eliminá-la.

Se analisarmos a grande maioria das escolas de educação básica de caráter público é composta por estudantes majoritariamente pobres e de periferias e que a maioria desses meninos e meninas são negros, conseguimos perceber que o perfil da escola de hoje, segue os mesmos princípios da escola do passado, em que esse espaço era somente para os brancos, até mesmo os espaços públicos oficiais, destinados a trabalhadores brancos.

A escola de forma mecânica foi se adaptando às mudanças temporais, no entanto, ainda carrega marcas de um período em que a escola visava apenas um grupo. Isso nos leva a perceber que a escola em contexto periférico não está preparada para receber pessoas oriundas daquele espaço, ela, todavia, auxilia a manter esses estudantes, em sua maioria, negros, pobres e oriundo de periferia, longe do espaço escolar e sua permanência na escola comprometida,

Os indicadores de educação, em conjunto, nos permitiram documentar um quadro preocupante: além de serem prejudicados por terem origem mais humilde, o que

dificulta o acesso e a permanência na escola, os negros são prejudicados dentro do sistema de ensino, que se mostra incapaz de mantê-los e de compensar eventuais desigualdades que impeçam boa progressão educacional. (OSORIO; SOARES, 2005, p.34)

O autor Eduardo Ribeiro, descreve em seu artigo sobre vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro os efeitos territoriais e resultados escolares, e como essas disparidades afetam a vida dos estudantes e ocasiona o distanciamento social

Esse é um modelo que tanto as velhas características das cidades desiguais, com periferização e segregação espacial provocada pelas grandes distâncias físicas e precariedade de transporte e formas de acesso, quanto dinâmicas de microsegregação (que incluem práticas de distinção social e isolamento sociocultural), caracterizadas pela proximidade entre favelas e habitações de luxo nos bairros mais abastados da cidade. Como apontam Ribeiro e Koslinski (2010) e Ribeiro (2008b), essa proximidade física que compartilha espaços e aproxima pessoas e grupos, por uma série de mecanismos políticos, culturais, econômicos, institucionais e simbólicos, hierarquiza interações e limita acessos a bens urbanos. É uma proximidade espacial atrelada a uma distância social (RIBEIRO, 2014, p. 47).

Entendendo então que essas enormes discrepâncias entre a realidade de cada estudante, e as demandas que a escola propõe, fica nítido que a escola carrega estereótipos passados em que não se tinha diversidade, era apenas um tipo de estudantes, todos reunidos com a mesma finalidade enquanto houver práticas preconceituosas, racistas, sexistas e de cunho autoritários, a escola sofrerá, pois deixará de ser direcionada para as crianças pobres, pretas e periféricas.

As marcas de sua condição social são as primeiras a refletir-se nos seus corpos. São estes os primeiros a sentir e padecer os efeitos do desemprego familiar, da exclusão, da fome, dos trabalhos infantis, penosos dentro e fora de casa. Nos corpos infantis e adolescentes, débeis instrumentos perante exigências da dura sobrevivência, dá para perceber as marcas da fraqueza, do medo e do cansaço. (ARROYO, 2019, p. 109)

Todos os corpos que adentram um espaço, seja ele escolar ou não, leva consigo a experiência de ser corpo ali, ou em qualquer outro espaço em que estiver, isso diz respeito às socializações vividas nos lugares, e nas culturas que temos. E o espaço escolar, sendo um lugar em que mais vivências distintas serão vivenciadas, tem o desafio de valorizar essas vivências e culturas, e dar aos educandos a possibilidade de criar vivências e possibilidades.

A síntese dos diferentes modos de viver esse contexto, pelos sujeitos que o constituem, se mostram nas diferenças entre culturas e valores, nos conflitos entre perspectivas de vida distintas, viver em periferias pode-se dizer uma tarefa heroica e, ao

mesmo tempo, interessado, porque as pessoas que ali residem sobrevivem, se organizando e estabelecendo regras e leis somente daquele lugar. (MONTEIRO, 2015)

Agora vemos que as marcas de uma perversa e imoral estrutura econômica e social nos chegam como tatuagens nos corpos e nas condutas dos próprios alunos(a). As condições inumanas em que milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos, alunos, têm de sobreviver deveriam ser muito mais preocupantes do que as indisciplinas e violências. Que esperar de crianças famintas e de adolescentes atolados na sobrevivência mais imediata? Quando os seres humanos são acudados nos limites da sobrevivência, sem horizontes, será difícil controlar suas condutas. Talvez resulte estranha, mas lembro da dura frase de Nietzsche: “Os insetos não picam por maldade, mas porque querem sobreviver”. ARROYO, 2009, p.16-17)

A escola escolhida para essa dissertação carrega uma responsabilidade tamanha, de ampliar os horizontes de cada estudante que por ela passam. A direção da escola é a mesma a mais de 18 anos, e é composta por gestoras brancas, oriundas de famílias de classe média, em que mesmo a frente de uma escola onde a maioria de seus funcionários, estudantes e a comunidade ali presente é composta por pretos e pardos, e se ouve da coordenadora pedagógica que “a escola já foi preta, hoje, devido ao empobrecimento da população, ela está colorida”.

A fala da coordenadora muito me ajudou a entender que enquanto os “brancos” estiverem nos bancos gestores de escolas em contextos periféricos, as crianças retintas, negras e pardas serão vistas com olhares racistas, preconceituosos e com grande estigmatização, contribuindo diretamente para que essas crianças não se reconheçam como sujeitos de direito, e muito menos pertencentes do espaço escolar, mesmo que este seja o do seu lugar social.

Toda essa busca pela certeza de que a escola não teve uma mudança expressiva com o passar dos anos, nos faz pairar sobre a realidade de uma escola vivida hoje, em contextos periféricos, em que se mantém a ideia de que o branco colonizador está selecionando as mãos de obra, quando escolhemos a quem vai dar a oportunidade de ter o acesso às informações e a escolarização.

A escola em contextos periféricos é tão cirúrgica que esbarramos em questões sensíveis e, ao mesmo tempo, importantes para podermos nos recolocar no caminho. Digo isso, pois, a escola supracitada neste capítulo apresenta fragilidades no que diz respeito ao afeto familiar, a boa convivência social, a marginalização banalizada no bairro, as mudanças climáticas que afetam de forma brusca a mesma e com isso de forma direta e sem ruptura, nos tirando dos espaços de meros instrutores de sociedade e nos levando a outra expectativa gerada em um ser, a escola pode ser um espaço transformador, desde que todos estejam empenhados a transformar.

O espaço escolar se torna um espaço desafiador, pois está cheia de situações que envolvem famílias, crianças, adolescentes, sociedade, o Estado, assistencialismo, direitos e deveres.

A escola carrega o rótulo de ser uma escola ruim, pois muitos estudantes que nela estudam são filhos do tráfico, envolvidos com drogas, ex-detentos, os chamados aviõezinhos, trabalhadores formais e informais, famílias em situação de grande vulnerabilidade, sobreviventes em todos os sentidos. A escola tenta a reconexão com a comunidade a fim de traçar um novo caminho para aquele espaço.

Mesmo com todos os desafios em que a escola está submetida, existe um fato em que nas visitas e nas conversas com os profissionais ali presente se ouvia bastante *“ninguém quer vir para cá, por isso todo mundo que já está, vai ficar até ficar velho e se aposentar”* (SIC) e por diversas vezes, se ouvia essa frase, e que nos traz uma sensação de que mesmo com tanto tempo de existência de uma escola em lugares periféricos e de contextos periféricos, se perpetua uma ideia de que a escola é ruim, mas o que preocupa é que esse espaço dito “ruim” é um espaço criado para aproximar a comunidade de tantos novos saberes, e contribuir para uma sociedade mais equilibrada.

Todas às vezes em que rotulamos ou estigmatizamos essas crianças que pertencem a esses contextos e assim como Cora Coralina¹⁶ em um dos seus poemas vai nos dizer *“Criança periférica rejeitada... Teu mundo é um submundo”* às vezes o que se encontra é uma convicção de que essas crianças e adolescentes vivenciam esse submundo, sobretudo, todas às vezes que são limitados e negligenciados seus direitos.

1.3 A ineficiência do direito educacional

“...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.” (JESUS, 1992, p 25)

Quando começaram as primeiras relações entre Estado e Educação, ainda no período colonial que se iniciou a história da educação no Brasil, através dos jesuítas. O início do ensino, entendido como o processo de transmissão de conhecimentos, é inerente à história da companhia de Jesus. No período de exploração inicial, os indígenas foram submetidos ao catecismo, promovido pelos missionários jesuítas que vinham ao novo país expandir a crença cristã entre os nativos. Com a reforma pombalina em 1759, houve a expulsão dos jesuítas,

¹⁶CAROLINA, CORA. O menor abandonado. poema. Disponível em: <<https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFpoema-menor-abandonado-de-cora-coralina/>> Acesso em 19 dez 2022.

passando a ser instituído o ensino laico e público através das Aulas Régias que compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais exclusiva das igrejas.

A população no período colonial formada além dos nativos e dos colonizadores brancos, tiveram adesão da mão de obra escrava, oriunda da África, no entanto, os escravos não conseguiram nenhum direito à educação. O sistema educacional brasileiro não foi implementado naquele momento, mas a vinda da família real no início do século XIX permitiu uma nova ruptura em contraproposta à situação anterior, visando preparar a estada de Dom João VI no Brasil.

Assim, a Constituição¹⁷, outorgada em 1824, que durou todo o período imperial, destacava, no que diz respeito à educação: “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos.” Para ser possível gerar uma lei específica para a instrução nacional, a Legislatura de 1826 promoveu muitos debates sobre a educação popular, considerada urgente pelos parlamentares. Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias (NASCIMENTO, 2006)

Depois de tantas tentativas e diante de tantos acontecimentos, a educação continuou a ter uma importância secundária, e que não era para que todos tivessem o acesso, a ideia de catecismo era simplesmente com o intuito de dominar e domesticar os indígenas para assim, poder se aproveitar do que eles possuíam, por isso a ideia de educação no Brasil se inicia na tentativa de exploração não de uma proposta libertadora e menos ainda de criar uma sociedade igualitária.

Era preciso mão-de-obra preparada, escolarizada e o Brasil, com sua economia baseada na agricultura, na exploração brutal do trabalho, não atingia as exigências dos interesses externos. Diante de muitos conflitos, o Brasil passa a ser denominado Republicano com a libertação dos escravos para atender às demandas do mercado internacional. E, paralelo a isso, são incentivados os discursos e pequenas ações para acabar com o analfabetismo no país. No final do Império, o quadro geral do ensino era de poucas Instituições Escolares, com apenas alguns liceus províncias nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidades insatisfatórias para as necessidades do país. Alguns cursos superiores que garantiam o projeto de formação (médicos, advogados, de políticos e

¹⁷A Constituição de 1824 deu continuidade aos princípios do liberalismo moderado e fortaleceu o poder do imperador, com a criação do Poder Moderador acima dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ela estabelecia que as províncias passassem a ser governadas por presidentes nomeados pelo imperador e dividiu o Legislativo em Senado vitalício, na prática escolhido pelo imperador, e Câmara dos Deputados, eleita por voto indireto e censitário. Os eleitores votavam em suas províncias num colégio eleitoral que escolhia os deputados. Apenas os homens livres, com maior aquisição de renda, participavam das eleições.

jornalistas). Identificando o grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira que, quando muito, tinham uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial. (NASCIMENTO, 2006, p 5)

Assim percebemos que com o passar do tempo, depois de tantos anos, percebemos que existe uma lacuna no que diz respeito ao direito assegurado ao acesso, e a prática que perpassa por diversos impasses que dificulta ou até mesmo impossibilita que o direito educacional se achege a todos de maneira igualitária. Vale ressaltar que as crianças que vivem fora dos grandes centros, em localidades rurais, periféricas e sobretudo as mais vulneráveis, são as menos favorecidas no que diz respeito à educação de maior qualidade, essas crianças são submetidas a diversos fatores sociais que inviabilizam a eficiência de uma educação transformadora.

Paulo Freire quando nos diz sobre a educação bancária, vai nos apresentar uma dimensão da barbárie que acontece quando se é pobre em um país desigual, a partir da premissa que se estou em uma escola pública recebi um kit de primeiros socorros, aquele com itens básicos a sobrevivência e a fim de gerar rápida mão de obra, reafirmando a ideia estabelecida no plano inicial de educação, ainda nos tempos coloniais, e aos que têm poder aquisitivo maiores são apresentados a eles uma maior variedade de oportunidades, onde não se existe “kits” pré-estabelecidos, mas sim oportunidades de dar continuidade a grande desigualdade social.

A escola em contexto periférico atravessa tempos de tamanha dificuldade aparente, sobretudo de que nela haja profissionais que entendam da demanda em que ela carrega, saber que a escola é o único órgão governamental em que está disponível para a população todos os dias seria o mais importante para início. O espaço escolar carrega, entrelaçado às demandas educacionais, a importante demanda de alimentar corpos frágeis seja para mais um dia em sociedade.

Quando lemos o que Carolina Maria de Jesus relata em seu diário¹⁸, vemos que depois de mais de 60 anos ainda podemos enxergar que a fome é algo que nos distanciam em todas as esferas, ela ensina e aprendemos com ela que todo sacrifício para quem a tem, é válido. Milhares de crianças não frequentam a escola, não por falta de recursos, mas porque precisam ajudar seus responsáveis a levarem para a casa um pouco de alívio para a alma, o alimento.

¹⁸Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977 Quarto de despejo: diário de uma favelada / Carolina Maria de Jesus; 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014. 200p.:

Essa dura realidade nos remete ao que Paulo Freire vai nos dizer sobre a importância do ato de ler¹⁹, quando nos diz que ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. (FREIRE, 1989) e quando falamos sobre o que ignoramos, rapidamente nos remetemos ao assistencialismo que é a escola, sobretudo pública, esse devaneio sobre a fome, em meio ao que trago sobre a ineficiência de direitos educacionais é uma forma de pensarmos em como é simples o fato de ignorar, os gritos silenciosos dos que nada tem, ou que por ignorância, não sabem que tem o simples direito de desfrutar do básico.

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica. Sem esta consciência cada vez mais crítica não será possível ao homem brasileiro integrar-se à sua sociedade em transição, intensamente cambiante e contraditória. Daí as relações do assistencialismo com a massificação, que é a um tempo efeito e causa. (FREIRE, 1997, p. 56)

O direito educacional se torna banalizada em escolas em contextos periféricos quando achamos que por termos escolas nesses lugares, já se é desfrutado o direito educacional, devemos considerar que a grande maioria dessas escolas passam por problemas graves de estruturas, pela falta de professores que não escolhem esses lugares, tendo em vista a complexidade existente nesses lugares, cercada por corpos frágeis e dóceis, ao mesmo tempo, marginalizados e discriminados de maneiras perversas em que são a todo tempo negligenciados pelos olhares de todos.

Essas escolas na maioria das vezes servem apenas como uma ponte governamental presente numa determinada localidade, uma vez que o perfil da escola não contempla seus próprios estudantes, aquele espaço se torna uma forma de acalantar a fome de quem a tem, auxílio para quem tem a necessidade de depositarem seus filhos para irem trabalhar, e o refúgio dos menores que estão em conflito com a lei, e por obrigação a maioria dos jovens e adolescentes e até mesmo as crianças menores que nela está, estão ali para que suas famílias não percam os programas sociais do governo federal que para ser mantido o programa é necessária a frequência escolar.

É válido lembrar que na busca por compreender o que se era direito educacional e o que violação desses direitos, nas visitas à escola, um dos estudantes deixou claro que sua

¹⁹A importância do ato de ler: em três artigos que se completam, 1989, p. 17

frequência escolar era apenas para que sua mãe não percebesse o benefício, ele por sua vez repetente, já não entrava na sala de aula, só ia à escola participar das refeições e esperava ansiosamente para completar 17 anos, para assim, não mais ser obrigado a estar na escola. Ficou evidente o cansaço dele em tentar estar ali por prazer, mas numa breve observação vimos que a grande maioria dos profissionais em que lá estavam inseridos já estavam a cerca de 16 anos, até mesmo os próprios professores, num mesmo lugar, fazendo as mesmas tarefas, o que nos gerou um grande desconforto, pois as mesmas técnicas eram usadas, desde o parâmetro educacional até as regras de convivência escolar e o planejamento deles, que não haviam sido mudados.

Todo esse desconforto que é gerado quando vemos que mesmo estando matriculado na escola, frequentando aquele espaço, percebemos haver violação de direitos, quando crianças e adolescentes são submetidas a irem para a escola por necessidades físicas, emocionais e psicológicas e até mesmo pela fome, percebemos que a ideia de escola como lugar educacional se torna secundário, isso porque não se existe nada mais atraente naquela criança do que satisfazer suas necessidades, e conseqüentemente não é a ideia de escolarização que dará a ela a satisfação de chegar em casa ao findar do dia com a barriga cheia.

Esse cruel panorama ilustra a maneira como vivem as crianças e adolescentes vítimas da violência estrutural, característica de sociedades como a brasileira, marcadas por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social. São as chamadas crianças e adolescentes de alto risco porque têm uma imediata probabilidade de sofrer cotidiana e permanentemente a violação de seus direitos humanos mais elementares devido ao profundo processo de espoliação a que são submetidas: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer, entre outros. Alguns estudiosos alertam para o fato que: "toda uma nova geração de crianças e adolescentes estará condenada à marginalização socioeconômica com danos pessoais irreversíveis" (Mello, 1991 apud SAÚDE, 1997)

A desvalorização da escola torna-se o alicerce para que esses estudantes não queiram estar nelas, umas, pois não se veem seguras e acolhidas dentro dela, outras por saberem que estão ali, mas não são pertencentes àquele espaço. A escola perde o sentido quando não há uma eficácia no que diz respeito, às tentativas de aproximação da comunidade, é interessante destacar essa aproximação, pois a escola pública exige um conselho escolar em que há um diálogo aberto entre a comunidade e a escola, e esperasse uma parceria entre ambas, no entanto, o que se vê é apenas uma forma de fazer cumprir uma demanda, mas passados os dias de eleição do conselho escolar, toda prática de dialogar com se com ela é esquecida.

A ineficiência dos direitos educacionais é exposta quando percebemos que apenas o acesso à escola é notado dentro dessas perspectivas, acesso esse limitado em muitos aspectos, uma vez que as crianças se achegam às escolas para fim assistencialista e não numa ideia de estudarem. A escola se torna opressora uma vez que os seus estudantes não veem nela a ideia de lugar transformador, mas sim um espaço para reforçar os paradigmas sociais. Assim, o espaço escolar de cunho público, cujo objetivo é achegar-se a todos, se restringe a domesticação de pessoas fragilizadas pelas suas vivências diárias dentro e fora do espaço escolar.

Desta forma, para que se tenha uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue, é importante uma revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e dos métodos (FREIRE, 2001b, p.45) e com isso uma intervenção direta de quem tem o dever de ofertar aos estudantes o acesso integral aos seus direitos, entendidos como acessado quando vemos resultados para as crianças e condições para as escolas, para que as mesmas possam oferecer a educação que é de direito a todos.

Na prática, há desafios em que são traçados dia a dia, diferentemente das grandes cidades em que já se existem programas de intervenção nas escolas em contextos periféricos, em escolas localizadas em favelas, a escola referida neste trabalho encontra-se numa cidade histórica colonizada por colonos alemães, portugueses, italianos, ingleses e franceses e que em suma ainda se tem a ideia de que a maioria de seus moradores são pessoas com descendência ligadas a alguns desses colonizadores

A cidade até os dias atuais é caracterizada pelos pontos turísticos, pelas belezas naturais, pelo clima que atrai milhares de turistas em todas as épocas do ano, no entanto, mesmo que já tenha se acabado o período colonial na cidade, ainda há símbolos desta época do período colonial, Imperial e Republicano. Ainda existem marcas vividas e costumes de uma época totalmente autoritária em que não se havia diálogo aos menos favorecidos.

Por se tratar de uma cidade histórica e de grande importância para a história do nosso país, que segue alguns costumes daquela época que vistos e percebidos diariamente, não conseguimos perceber algumas questões de tamanhas desigualdades existentes nela, apenas quando ocorre algo que foge a normalidade imperial que damos conta de que existe uma diferenciação entre os morros e o centro.

A escola, sendo um instrumento de luta política para construir relações firmadas na justiça e na democracia, têm a função fundamental na política social, o que podemos dizer que ela não é só constituída pelo processo de escolarização de seus estudantes, mas também por

sua importância política. Seria uma incoerência pensar que o processo de escolarização se distancia da política. A ideia de despolitizar a educação é uma escolha política e ideológica

A escola faz política não só pelo que diz, mas também pelo que cala; não só pelo que faz, mas também pelo que não faz. A política é uma prática totalizadora e diária que impregna e dá cor a tudo o que fazemos. Todos nós - cada um em seu trabalho - fazemos política permanentemente, mas o educador a faz de uma maneira privilegiada, já que o Estado coloca à sua disposição um determinado número de futuros cidadãos para que os socialize, quer dizer, para que os politize. (GUTIÉRREZ, 1988, p.22)

2 A PERIFERIA

[Popular] Condição do que, em uma cidade, se encontra afastado da cidade, do centro urbano, normalmente local onde está situada uma população de renda mais baixa. [Figurado] Condição do que fica nos arredores, nas vizinhanças de algum lugar; contiguidade. (DICIO, 2023)²⁰

Segundo o dicionário, a periferia é um lugar afastado do centro, onde se reside pessoas de baixa renda, aos arredores de algum lugar no seu sentido figurado. A gênese etimológica da palavra encontra-se no latim *peripheria*, e refere-se àquilo que rodeia um determinado centro, como uma zona, um contorno ou um perímetro. São basicamente os arredores, e sua utilização mais comum diz respeito à organização urbana e à geografia, entendendo que periferia é uma região que fica em volta de um determinado centro.

Todas às vezes que nos referimos a periferia, a primeira imagem que nos vem em mente é de um espaço marginalizado, e que fica às margens dos grandes centros. No entanto, a periferia não se baseia apenas a uma localização, e muito menos a um espaço ao redor dos grandes centros, ela é socialmente constituída por pessoas e a tensão que se cria entre o Estado e a periferia, alimenta o distanciamento entre os cidadãos, acarretando dificultar o convívio nos diferentes espaços sociais, cria-se o que Bourdieu caracteriza como fronteira:

[...] a fronteira nada mais é do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reúne, tenham em si semelhanças mais ou menos fortes [...]. A fronteira é um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. (Bourdieu, 2009, pp. 114-115).

Essa fronteira que se cria, potencializa ainda mais, a estereotipia existente de um lugar marginalizado. A periferia não é apenas uma localização, e muito menos um espaço ao redor dos grandes centros, é ocupar um lugar na sociedade, um lugar que requer muitos desafios que consiste em ocupar um lugar em uma sociedade que coloca cidadãos em posições com o centro, criando conexões que envolvem tragédias.

Em alguns contextos vemos haver uma intransigência no que diz respeito a periferia sendo sinônimo de favela, o que é inverdade, ela está na periferia, mas a periferia não se reduz a esta estrutura habitacional e forma social. A periferia carrega o estigma de ser um espaço que exala violência, em que um formato específico de edificações irregulares, uma economia

²⁰Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/periferia/> > acesso em 27 de agosto de 2022.

estéril e uma mão de obra empobrecida e um lugar em que resulta em medo para os demais aos arredores, sejam estes moradores ao não.

Um contexto periférico é tudo aquilo que se diferencia de um centro, seja ele diferenciado pelas pessoas ou até mesmo pelas características que existem em determinados lugares, todas às vezes que falamos sobre um contexto periférico, logo pensamos em um ambiente em que há violência, pobreza, marginalização, fome, miséria e exclusão. No entanto, é importante ressaltar que o ser periférico não se resume apenas a esses estigmas, mas também a uma construção social em que inclui ou exclui pessoas de um determinado grupo.

Nesta perspectiva percebemos que viver em uma periferia é desafiador, e, ao mesmo tempo, se entende que existe um lugar social já pré-estabelecido para alguém, conforme o lugar em que ela está inserida. Isso acontece, pois somos historicamente rodeados de vivências em que se é legitimado a prática de excluir uns para ser incluído em algum lugar, ou discriminar, oprimir e marginalizar alguns para que se tenha o que chamamos de “poder”.

Na maioria das vezes o espaço periférico é identificado como um lugar onde há pobreza, violência e exclusão. Esse estigma não condiz com a realidade tão diversa que se pode encontrar em uma periferia, sabendo ainda que cada uma tem sua especificidade em que se diferencia as infraestruturas, renda, costumes e vivências. Em todos os aspectos as pessoas que residem em contextos periféricos, precisam buscar soluções para questões básicas do dia a dia

Isso ocorre porque os governantes continuam encarando essas regiões como lugares não pertencentes à cidade. Mantém-se a visão de que a periferia é um mundo à parte. Essa visão limita os investimentos para as periferias, como limpeza urbana, espaços de lazer, energia elétrica, asfalto e transporte, unidades básicas de saúde presentes nestas localidades.

2.1 A periferia e a escola

Uma escola periférica, ou que está inserida em lugares em contextos periféricos sempre carregam uma responsabilidade diferenciada dentro da premissa de que há uma necessidade, e em muitas ocasiões não está relacionada a perspectiva educacional, uma vez que sabemos que a escola é um importante interventor governamental inserido em todas as localidades, é notável que essa intervenção perpassa pelas premissas da assistencialidade e a sua finalidade em prática não se concretiza de maneira eficaz no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem.

Garantir a aprendizagem, o ensino, o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à socialização dos cidadãos é uma função social da escola, dentro da perspectiva inserida em lugares periféricos, a função social da escola se dilata para atender a especificidade do lugar em que está inserida, e ela é muito relativa e complexa, pois há várias formas de se pensar educação escolar.

Nesse modo, vemos que a escola inserida em contextos periféricos, têm diversos desafios, entre eles o de se combater o afastamento das camadas populares, e inserir para unir toda a população, mas que exige um cuidado até mesmo no momento de se pensar maneiras efetivas que possam atender toda essa população, buscando a todo tempo compreender qual é seu público alvo e como alcançá-los, sabendo ainda que o modelo constituído de escola, parte de um pressuposto aristocrático em que se formava uns para explorar outros, e desta forma, sabendo que a escola é um aparelho ideológico do Estado, ela continua a trabalhar nesta perspectiva mesmo que isso dificulte o acesso e a permanência dos estudantes na instituição escolar

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos. (NÓVOA, 2009, p. 64)

A escola situada em lugares periféricos recebe um estigma de atender uma necessidade local, que em grande maioria foge das questões educacionais, como a alimentação escolar, em suma grande parte dos estudantes que vivem nestes contextos, estão frequentando a escola não por saberem que a escola é um espaço educacional, mas para fazerem suas refeições diariamente, e isso nos chama a atenção, uma vez a ligação desses estudantes com a escola é baseado nas necessidades físicas imediatas, o processo de ensino aprendizagem sendo algo construído de forma gradativa, não agrada a quem tem necessidades urgentes para serem supridas como a fome.

Há vidas ameaçadas pela pobreza, a fome nos campos, nas florestas, nas águas, nas famílias de trabalhadores, nas periferias urbanas. As filhas, os filhos desses coletivos que vão cada dia às escolas levam vidas ameaçadas pela pobreza, pela fome. São esses filhos, filhas de famílias condenadas a vidas ameaçadas pela pobreza que teimam em ir cada dia às escolas das periferias, dos campos, das águas, das florestas. O que esperam das escolas e de seus docentes-educadores? Esperam comida, alimentação, vida. (ARROYO, 2019, p. 107)

Um dos desafios enfrentados pela escola em contextos periféricos, além do de aproximar as camadas populares, é o de mantê-las e de atrair a atenção dos seus estudantes para aquilo direcionado para o ensino e aprendizagem. As escolas em que estão inseridas neste contexto muitas vezes precisam de esforços diferenciados para que de fato seja feita uma intervenção que tenha resultado na vida dos seus estudantes.

Na busca em compreender a defasagem existente nas escolas localizadas em contextos periféricos, nota-se que a maioria dos estudantes que estão nas unidades escolares, estão ali para saciarem a fome, tão somente a fome, e diante do cenário em que está inserido a escola atualmente, o ambiente escolar não é agradável às crianças, os profissionais que estão inseridos em grande maioria estão desgastados pelo desinteresse dos estudantes e o descaso que se tem pelo poder público.

As escolas que se localizam nessas periferias servem para auxílio das famílias que moram em áreas de risco, de apoio social, de mantenedoras, de fuga. A escola por si só já carrega responsabilidades sociais enormes, a mesma em periferias, carregam em porção dobrada essas responsabilidades. O que temos diante de tudo isso são crianças em processo de construção social, famílias desamparadas e um espaço criado para inserir indivíduos em sociedade a partir de uma perspectiva social, mas desafiada pelos inúmeros desafios que integra. E assim,

quanto mais precárias as condições de vida da população local, quanto mais ausente ou escassa a presença do Estado na localidade – desencadeando a segregação da escola, quanto menor o suporte da mantenedora (filosófico, humano, material, político-pedagógico), quanto mais frágil a formação docente no que diz respeito às relações entre educação e pobreza e quanto mais individualizado e isolado o trabalho pedagógico no âmbito da escola, mais intenso é o efeito do território periférico no trabalho escolar (MOREIRA, SANTOS, GODIN 2017, p. 944).

O primeiro desafio que as escolas periféricas encontram pode-se iniciar na gestão e nos professores que lá estão, majoritariamente essas escolas são constituídas por professores que não moram nas periferias com suas vivências totalmente diferentes das pessoas que nela estudam, isso acaba fazendo com que aquele espaço não faça sentido para aquelas crianças, pois as mesmas não se veem representadas por elas, essas que apenas são reprodutores de ações que as mesmas viram de seu grupo social, agora se veem em um espaço não há nenhuma representatividade por parte dos seus professores.

Essas crianças acabam respondendo essas diferenças de forma violenta, seja com palavras ou ações, e isso não quer dizer que elas sejam violentas, elas só estão se protegendo,

pois, a violência elas já estão recebendo, de quem não conhece a nossa história e não é uma história atraente de se ouvir. De acordo com Salomone (2009, p. 250), “[...] a experiência cotidiana da violência tem impacto direto sobre a escola, repercutindo no processo de ensino-aprendizagem e revelando uma dimensão simbólica que ultrapassa os limites do observável”.

O que nos mostra que tudo que produzimos de forma violenta se transforma em mais violência, o que acaba refletindo nas nossas crianças. E com isso acabam inserindo nelas uma concepção violenta, de outrem, e levando-se em conta o compromisso da bioética com os vulneráveis, vida humana, com direitos humanos e cidadania, diversidade cultural, racismo e diversas outras formas de discriminação, dentro desta perspectiva percebeu-se vulnerabilidade da criança no contexto escolar, a partir da escola periférica.

Uma perspectiva bioética é um modo de olhar o mundo da vida, seus conflitos e de pensar em soluções e alternativas a eles, assim como a declaração universal sobre Bioética e Direitos Humanos, vai nos explicitar sobre o respeito pela dignidade humana e proteger aos direitos humanos, assegurando o respeito pela vida dos seres humanos e pelas liberdades fundamentais²¹, de forma consciente

Nesse sentido, o que vemos é que existe um distanciamento enorme na realidade dessas crianças com esses direitos que são pautados, e isso reflete de forma violenta a periferia, e as escolas nela inseridas, e nas nossas crianças que são o produto social. E tudo isso repercute na forma em que esses, sejam vistos, de forma que cada um deles recebem do outro um olhar pragmático, Bourdieu & Saint-Martin (2011, p. 193) vão trazer uma alteração sobre essas maneiras de classificação que acontecem inclusive no contexto escolar:

Não há dúvida de que os julgamentos que pretendem aplicar-se à pessoa em seu todo levam em conta não somente a aparência física propriamente dita, que é sempre socialmente marcada (através de índices como corpulência, cor, forma do rosto), mas também o corpo socialmente tratado (com a roupa, os adereços, a cosmética e principalmente as maneiras e as condutas) que é percebido através das taxinomias socialmente construídas, portanto lido como sinal de qualidade e do valor da pessoa (BOURDIEU, SAINT-MARTIN 2011, p.193).

E nesta perspectiva, o que podemos observar é que as periferias já carregam consigo a ideia de ser um lugar em que não há pessoas boas, e por consequência as suas escolas não favorecem essas pessoas, apenas servem para reforçar e reafirmar esses julgamentos que são

²¹ Assembleia Geral da ONU (2005). Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Disponível em: (acesso: 17 de julho de 2021).

liberados a elas, com isso não nos aproximarmos dela e somos bruscamente afastados, pelo sentimento de medo que nos é imputado.

O ser bioético deve lidar com o outro, devendo integrar sua biologia com sua biografia, que o tornará competente para exercer sua cidadania (COHEN, C; GOBBETTI, G, 2004) e assim fazer com esse ser se sinta parte do meio ao qual ele está inserido e dessa forma, percebemos que não existe indivíduo autônomo, pois ela se dará a partir das relações com o outro, nos levando a pensar que se olhamos o outro de maneira a pensar que ele é inferior, nunca conseguiremos ver nele uma possibilidade para algo bom vindo dele, e pensar desta forma numa perspectiva periférica é entender que grande parte do que se vê nela é descaso. É necessário um olhar bioético:

O valor real da percepção bioética da vida cotidiana é a não existência de leis universais, mas sim situações novas a serem pensadas de uma forma bioética coerente com pluralismo moral da humanidade. E, por outro lado, a prática bioética deve estar sustentada na diferenciação dos limites, tanto internos quanto externos, o que permite o respeito a si próprio e ao outro. Nesse tipo de compreensão, o antiético seria não perceber as funções psicossociais, que são necessárias para o processo de individualização. A onipotência do pensamento, decorrente da incapacidade do reconhecimento do outro, caracteriza a permanência no estado narcísico e de relações de objeto, impossibilitando o desenvolvimento bioético. A elaboração desse estado é necessária, mas não suficiente, para o pensamento bioético, pois a falta de possibilidade de pensar, que consideramos como representante da pulsão de morte, também é antiética. (COHEN, C; GOBBETTI, G, 2004, p. 49)

No desafio de reaprender a educar não será suficiente aos professores conhecer novas teorias ou metodologias de ensino, é preciso que assumam seu papel social na comunidade em que estão inseridos e a partir disso comecem a ver aquele ambiente escolar como um lugar de possibilidades transformadora e assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) vai nos dizer que

Se a aprendizagem for uma experiência de sucesso, o aluno constrói uma representação de si mesmo como alguém capaz. Se, ao contrário, for uma experiência de fracasso, o ato de aprender tenderá a se transformar em ameaça, e a ousadia necessária se transformará em medo, para o qual a defesa possível é a manifestação de desinteresse. A aprendizagem é condicionada, de um lado, pelas possibilidades do aluno, que englobam tanto os níveis de organização do pensamento como os conhecimentos e experiências prévias, e, de outro, pela interação com os outros agentes (BRASIL, 1997, p.38).

E assim podemos dizer que tudo que perpassa uma criança influencia diretamente no seu processo de aprendizagem, isso de forma positiva ou até mesmo de forma negativa, e ainda considerando que para a bioética é necessário que temos a consciência social em que o outro é livre e assim parafraseando Paulo Freire “sem liberdade sem educação”, é importante olhar o outro com olhar de esperança sem o rotular pelo seu lugar epistêmico e assim como Silva, vai nos dizer em seu artigo “Educação em bioética: desafios na formação de professores”

“[...] a educação e a formação em bioética é, antes de tudo, um processo de formação voltado ao desenvolvimento dos valores associados ao exercício da cidadania. E não há como negar que no espaço escolar o indivíduo passará as primeiras experiências de exercício de cidadania [...]” (SILVA, 2011, p. 233).

Vemos então que a escola periférica nunca deixou de ter seus direitos e deveres, ela por muito tempo vem sendo segregada de forma arbitrária simplesmente pelo seu lugar que foi inserida, contudo, é o lugar aonde grande parte de seus estudantes só terão acesso à cultura e informação por ela, todos os desafios que cada criança periférica traz consigo é fruto de um sistema que a todo tempo a inibe de conhecer novos horizontes, ainda é preciso muito trabalho para que essas escolas e esses alunos recebam seus direitos educacionais de forma completa.

3 A CRIANÇA PERIFÉRICA

Um olhar ao passado onde não se havia o sentimento de infância em que as mesmas até os seus dois anos não recebiam nenhum tipo de cuidado, pois se acreditava que era um investimento insignificante, pois tinham mais chances de morrer do que viver, sendo uma época de precárias condições em que a mortalidade infantil era muito alta. As chamadas amas ou mães de leites, eram quem tinha mais contato com essas crianças, mas que não as tratava de forma diferente por serem “crianças”, contudo elas eram tratadas como adultos, e com essas elas ficavam misturadas, pois eram vistas como homens em miniatura, de modo que as mesmas não possuíam identidades próprias, elas só recebiam uma identidade quando começavam a fazer coisas semelhantes às que os adultos faziam.

Com o passar dos anos essa perspectiva foi mudando e projetos pedagógicos dirigidos às crianças aparecem como algo novo em meio a movimentos mais conscientes para a construção de uma nova sociedade. O objetivo era afastar a criança da convivência intergeracional, que agora começa a soar como promíscua. Com isso surge o colégio para separar a criança do adulto, a partir daí surge o conceito de infância. A criança começa a ser vista como um indivíduo, e passa a ser visto como sujeito de direitos que outrora era desconhecido.

Na atualidade, frente a inúmeras e complexas transformações sociais, bem como às mudanças na vida humana, como meio ambiente, trabalho, economia, crise, entre outros, a ideia de uma infância globalizada potencializa a multiplicação das desigualdades ligadas às condições sociais, de etnia, de classe, de gênero, de acesso aos direitos fundamentais, entre eles o direito à alimentação, educação, saneamento básico.

Dentro desse ponto de vista, vemos que a infância passou e ainda passa por diversas transformações e como essas mudanças afetam de maneira positiva ou até mesmo negativa as crianças e tudo isso nos traz um alerta referente às crianças periféricas. Entendendo que cada criança é singular e as suas vivências territoriais as diferenciam ainda mais umas das outras, numa perspectiva periférica, essas crianças são ainda mais fragilizadas frente ao que diz respeito aos seus direitos. Para Bourdieu, essas diferenças se dão segundo as classificações baseadas em contraste com as classificações dos sujeitos sociais que definem situações de classe, em suas palavras:

De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (habitus) características das diferentes classes e frações de classe (Bourdieu, 2007, p.13).

As disparidades que acarreta o distanciamento dessas crianças de alguns espaços também afetam diretamente no convívio escolar, se antes as crianças eram vistas como homens em miniatura e em alguns casos como homens defeituosos, agora essas crianças vivem condições adversas que as separam, seja por sua cor, crença, seu lugar epistêmico ou posição social.

3.1 A experiência docente em uma escola periférica pós pandemia

“O afastamento da escola foi uma decisão correta aplicado de uma forma incompleta.”
-Renato Araújo - Presidente do CNTE²².

Milhares de estudantes foram afetados de forma direta pela pandemia, por terem que interromper o ano com o avanço vertiginoso da pandemia. O que modificou toda a educação e toda a rotina de estudos de cada um dos estudantes. Levando suas demandas escolares para suas casas, e suas famílias que tiveram que remodelar seus afazeres domésticos com as diversas demandas escolares. Os educadores também foram afetados, num primeiro momento, levados ao desespero de não saber como se daria esta nova modalidade de ensino.

A educação de forma híbrida adotada em meados de maio de 2020, pelas instituições de ensino, trouxeram desafios para quem estava em processo de aprendizagem, tanto para os professores que tiveram o desafio de se modificar para que atendesse aos estudantes para levá-los a conhecimento e sobretudo para que não houvesse um retrocesso no processo, no entanto, vimos que com o atraso no início das atividades escolares de forma remota, as inúmeras dificuldades que foram encontradas deixaram algumas lições para a educação, que mais uma vez reforçou-se a ideia de que o espaço escolar é um espaço que abrange toda a ideia de cuidados básicos, sobretudo os espaços públicos, que não só servem como espaço para aprendizagem, mas também como ponte ao acesso a questões básicas de socialização como alimentação, higiene, acesso à cultura que a maioria das vezes só são possibilitadas pelas escolas.

²²CNTE – Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação

Diante da situação, estudantes e professores, num primeiro instante não se falava em atividades escolares, mas em sobreviver a um desconhecido vírus que circulava pelo mundo, contagiando de forma rápida e por falta de conhecimento do que realmente se era combatido, cerca de 1,4 milhões de vidas foram interrompidas por conta do vírus no mundo no ano de 2020. A interrupção brusca das aulas provocou uma grande lacuna na educação, sobretudo pública. Assim como Renato Araújo, presidente da CNTE, vai nos dizer que "o afastamento da escola foi uma decisão correta, aplicada de uma forma incompleta. A medida foi correta, mas o País falhou em não dar as condições de manter a formação escolar dos estudantes"²³.

As inúmeras condições de impossibilidade de dar continuidade ao processo de aprendizagem, mostrou que grande parte da população não tinha ou não eram familiarizados com a tecnologia, e que os desafios que cada família travava era de longe muito maior que o que se esperava. Estudantes, professores, funcionários da educação, famílias desempregadas, corpos vivendo ou tentando sobreviver a mais uma dificuldade aparente

A presença de milhões de educandos vivendo em corpos precarizados, obrigando a reinventar outras pedagogias dos corpos. Como entender, acompanhar educandos em exercícios tensos de se crianças em corpos tão precarizados? Como ver humanidade em vidas e corpos precarizados? (...) Que estruturas os condenam a esses corpos vidas precarizados? Como que pedagogias garantir aos sujeitos desses corpos precarizados seu direito de a saberem-se precarizados no sobreviver? Como fortalecer suas resistências como coletivos em lutas por vida justa humana? Nos coletivos de docentes-educadores vinham avanços por reconhecer indagações que vinham desses corpos precarizados e por responder com ética, política e pedagógica. Outra ética gestora, pedagógica, que estude o apelo ético que vem das infâncias-adolescências em corpos precarizados. (ARROYO, 2019. p. 15)

Cada um se esbarra em um paradoxo que deixa inúmeras perguntas que para o momento não encontram aparentes respostas para tal contexto. Todos estavam vivenciando um tempo diferenciado do que se esperava, mas todos os desafios da vida, fora da escola, eram iguais ou superior ao que se tinha, uma vez que na escola parte desses problemas, são freados pelos acessos básicos oferecidos pela instituição, mas que no tocante às demandas para além dela, eram vivenciados e marcados pela discrepante desigualdade que ficou palpável neste período pandêmico.

²³Alfabetização na Pandemia, estudo feito pela confederação nacional dos trabalhadores de Educação. Disponível em: < <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/cnte-na-midia/74596-alfabetizacao-na-pandemia-40-8-das-criancas-entre-6-e-7-anos-nao-sabem-ler-e-escrever> > acesso em: 23 de maio de 2022.

A pandemia desencadeou diversas pautas que já eram importantes e que outrora foram esquecidas, todavia precisaram ser revistas com urgência para que o pior não viesse acontecer, mas que aconteceu de forma muito rápida, como o grande impacto que a educação pública sofreu.

A retomada à escola após um desastre de tamanha proporção nos levou, como educadores, a observar e a olhar cada educando com um olhar de compaixão. Todos haviam sido afetados, agora não mais pela pandemia que para alguns foi percebida de longe, no entanto, agora todos estavam marcados pela mesma adversidade, atrelada a uma dor imensurável em corpos tão pequenos.

3.2 O impacto da pandemia da covid 19 na educação

A pandemia que estamos enfrentando deixará marcas e impactará o futuro. Ainda não sabemos em que medida vai provocar mudanças nem quais serão suas consequências na ciência, na economia e na sociedade. Instituições, pesquisadores e profissionais de diversas áreas da medicina, da economia, das ciências sociais, da engenharia e se outras áreas se debruçam sobre a questão. O que talvez permita acreditar que a ciência e as instituições de ensino e pesquisa, a partir de tudo o que estamos vivendo, possam cada vez mais estabelecer relações afetivas e reconhecidas com a sociedade. (Lajolo 2020 s/p)²⁴

A pandemia de covid 19 foi decretada pela OMS (organização mundial da saúde) em 30 de janeiro de 2020, no entanto, no Brasil iniciou-se em 26 de fevereiro de 2020, após a confirmação de que um homem de 61 anos de São Paulo que retornou da Itália testou positivo para o SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Desde então, em 30 de maio de 2022, confirmaram-se cerca de 30 953 579 casos, segundo o Ministério da Saúde, causando 666 453 mortes. O número de pessoas recuperadas da doença é de 29 944 585.

A pandemia afetou de forma direta o setor comercial, e todas as operações feitas por pessoas em lugares que havia aglomeração de pessoas, o que acarretou fechamento imediato desses lugares, na tentativa de conter o avanço do vírus, e desta forma os espaços escolares foram bruscamente afetados e fechados por um período de 15 dias inicialmente e com o crescimento e disseminação rápida do vírus elas permaneceram fechadas até meados de 2021.

²⁴ LAJOLO, Franco, Maria. Covid-19, ciência, público e políticas públicas. São Paulo: Jornal da USP, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid-19-ciencia-publico-e-politicaspublicas/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Em meio a tantas incertezas oriundas do avanço da pandemia pelo mundo, surge então a necessidade de um ensino remoto²⁵ emergencial para que os estudantes continuassem com sua rotina escolar sem que houvesse perda no que diz respeito ao conteúdo escolar. Todos os estudantes de forma rápida foram inseridos num plano de educação emergencial, para que fossem retomadas as atividades escolares para que o ano letivo não fosse ainda mais prejudicado, com isso os estudantes, tanto de instituições privadas e públicas de todos os ciclos da educação, foram colocados em ensino à distância. Nesse período surgem os primeiros desafios para a educação no país, sobretudo a pública, tendo em vista a falta de infraestrutura adequada para que o ensino continuasse.

Percebe-se então a disparidade social entre a educação básica pública e privada, e a necessidade de uma equidade para ser possível aos estudantes oriundos de famílias menos favorecidas pudessem ter acesso às demandas escolares. Mesmo com todas as tentativas de inserir todos os estudantes nesse modelo, cerca de 20 milhões²⁶ de estudantes não foram contemplados, pois não tinham acesso à internet, impossibilitando então que tivessem os conteúdos escolares em tempo real.

Com o surgimento dessa pandemia em todo o mundo, a volta ao que considerávamos vida normal está bem mais distante. As relações sociais foram modificadas e uma nova conduta social emergiu, modificando os comportamentos, as formas de aprendizagem e as relações interpessoais e, conseqüentemente, isso refletiu-se nas estratégias de ensino. Diante desse cenário, surge a Pedagogia da Pandemia, termo este relacionado à forma como a educação se organiza, a partir desse contexto pandêmico na qual todo o mundo está vivenciando. (BARRETO e ROCHA, 2020).

Algumas instituições escolares, percebendo que o ensino remoto não atenderia a demanda de todos os estudantes, e entendidas que a escola em suma é de cunho assistencial e educacional, e para que esses estudantes não fossem prejudicados em assistencialismo, continuaram atendimento apenas para demandas como alimentação dos alunos, e as aulas impressas para os alunos que não possuíam acesso à internet, o que deixou ainda mais nítido a falta de infraestrutura para o momento.

As aulas no formato remoto, além dos desafios que trouxe, deixou escancarado a lacuna que existe de desigualdade social, a escola pública sobretudo antes mesmo que houvesse pandemia já demonstrava seu papel social, servindo não apenas de um espaço de

²⁵ ensino remoto preconiza a transmissão em tempo real das aulas. A ideia é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorreriam no modelo presencial.

²⁶ SENADO FEDERAL Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>> acesso em 20 de junho de 2022.

saberes, mas também como uma ponte ao acesso à alimentação, cuidados e higiene. As escolas passam por um tempo de dar assistência a sua comunidade local e, ao mesmo tempo, não desamparar seus educandos.

Um dos maiores desafios que a pandemia nos trouxe foi o de tentar manter a sociedade em constância, estudos mostram que cerca de 40,8%²⁷ dos alunos que estavam em fase escolar de alfabetização não sabem escrever, não frequentaram as aulas ou não tiveram acesso aos conteúdos. Grande parte desses alunos vive em condições de precariedade social, às margens das grandes cidades.

Conforme kenski (2012), a maioria das tecnologias utilizadas em sala de aula e no processo educativo da educação básica são instrumentos auxiliares, não são o objetivo, nem a substância ou finalidade da educação. É fato que as tecnologias, por mais avanços que apresentem, nunca poderão substituir as relações sociais, o aprendizado por meio da interação pessoal entre os alunos na escola e os alunos com os professores, e no que diz respeito a educação pública, a tecnologia deixaria, assim como deixou durante a pandemia grande parte dos estudantes de fora.

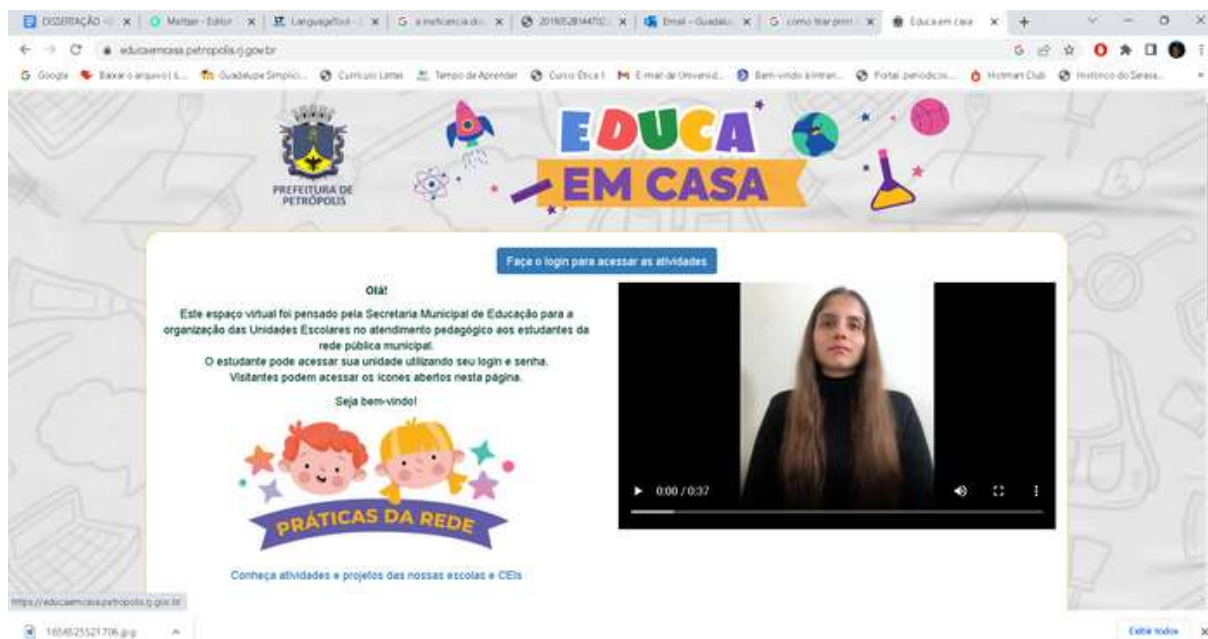
Em Petrópolis, município do Rio de Janeiro, conforme o censo de 2020, a cidade possuía cerca de 59.413 alunos matriculados na educação básica, impactados de forma brusca com a pandemia que acarretou distanciamento dos estudantes das unidades e consequentemente das atividades escolares.

O município de Petrópolis, pensando na importância de manter as demandas escolares da rede municipal de ensino, cria uma plataforma chamada "Educa em Casa"²⁸ onde é possível se ter acesso às informações, orientações aos pais, atividades curriculares e extracurriculares, sala de aula virtual, biblioteca virtual etc. Para dar continuidade no processo de escolarização do município, e para que não houvesse uma regressão no processo de ensino dos estudantes.

²⁷ Nota técnica: Todos pela Educação. Disponível em:

²⁸ Plataforma Educa em casa. Disponível em <
<https://educaemcasa.petrópolis.rj.gov.br/#:~:text=Educa%20em%20casa&text=Ol%C3%A1!,utilizando%20seu%20login%20e%20senha.>>

Figura 1 - Plataforma Educa em Casa



Fonte: <https://educaemcasa.petropolis.rj.gov.br/>.

Para que o estudante tivesse acesso às atividades, ele teria que fazer seu login usando sua data de nascimento e seu primeiro nome, e a plataforma já o direcionava para as atividades, num primeiro momento todas as atividades eram iguais para toda a rede municipal, que unificou os conteúdos que eram colocados na plataforma pela equipe responsável. Mas tarde isso foi mudando e cada escola tinha autonomia para colocar suas atividades na plataforma conforme a sua própria demanda.

Figura 2 - Plataforma Educa em Casa Dias da Semana



Fonte: <https://educaemcasa.petropolis.rj.gov.br/>.

Os estudantes que não tinham acesso à plataforma por não terem acesso à internet, deviam tirar as atividades diretamente na sua unidade escolar, na data e no horário marcado para que não houvesse aglomeração. Grande parte desses alunos não acessava e não buscava as atividades nas unidades escolares, e essas atividades num primeiro momento não eram obrigatórias aos estudantes, somente após a recomendação do Conselho Nacional da Educação (CNE) para que as atividades que estavam feitas em casa, contassem como carga horária que o município passou a orientar as famílias da importância de cumprir as atividades.

O município deixou a cargo de cada escola, com a ajuda dos professores, e da gestão escolar, a organização para que cada aluno pudesse ter acesso às atividades na plataforma, ou impressas na escola, no entanto, as escolas situadas em bairros periféricos em que havia maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade social, deviam disponibilizar todas as atividades impressas. A comunicação com os familiares era feita por grupos no WhatsApp que ajudava a gestão escolar a ter uma dimensão maior do quantitativo dos alunos que precisavam das atividades impressas, e/ou optarem por acessar a plataforma, no entanto, uma das maiores dificuldades foi de ter contato com essas famílias, pois em sua maioria não tinham acesso à internet, a computador para que pudessem ter acesso aos conteúdos, num primeiro instante a plataforma sofreu grande repulsa dos pais e familiares, pois não sabiam como iria funcionar.

Quando a plataforma foi disponibilizada, os alunos logavam e eram direcionados a atividade de sua série de matrícula na rede, somente depois da resolução do CNE²⁹, que foi implementado na plataforma o sistema de presença, para que diariamente os alunos pudessem acessar a plataforma e assim computar sua presença no dia, e aos estudantes que não acessavam a plataforma por quais queres situações, deviam levar suas atividades até a escola, para que a frequência escolar fosse computada.

No entanto, como grande parte desses alunos não estavam dando um retorno positivo, a rede municipal, adotou a medida de que todos os alunos deveriam entregar as atividades diretamente na escola, toda sexta-feira, para que a frequência fosse confirmada, e os que não conseguiam ir até a escola deviam mandar uma foto dos deveres no caderno do aluno. Algumas famílias eram amparadas por outras famílias que enviavam ou iam entregar na escola para que as crianças não ficassem prejudicadas.

Diante de toda essa situação em que as famílias tinham a preocupação com o sustento de suas casas, e mais um desafio posto a eles, sendo moradora de um bairro periférico da cidade, me coloquei à disposição para auxiliar as crianças em suas atividades escolares, e que moravam em minha rua e nas ruas próximas, fazia o registro da plataforma de quinze crianças que estavam no ensino fundamental I, da educação infantil até o quinto ano, em 2020 até meados de 2021, quando as atividades presenciais foram sendo retomadas.

Mesmo com a retomada presencial em outubro de 2021, as atividades na plataforma continuaram sendo obrigatórias para carga horária, os alunos que optassem por retomar ao presencial, tinham o mesmo conteúdo dos alunos que ainda estavam em casa. A retomada foi feita de forma gradativa, cumprindo todo o regulamento do ministério da saúde para que houvesse o distanciamento adequado e não colocasse as vidas em risco de contaminação.

As dificuldades desse retorno presencial foram notórias desde o princípio, pois depois de mais de um ano sem ir à escola, todos já estavam se adaptando a sua rotina em casa, e à situação (MARTINS,2010).

Ao separar a interação social do local físico, o desenvolvimento dos meios técnicos afeta também as maneiras como, e o quanto, os indivíduos são capazes de gerenciar sua auto-apresentação. Toda ação ou desempenho se dá dentro de um referencial interativo específico que implica toda uma espécie de pressupostos, convenções e pontos de referência. Um indivíduo, agindo dentro desse referencial, adaptará a ele, até certo ponto, seu comportamento, projetando uma autoimagem que é mais ou menos compatível com o referencial. (THOMPSON, 1995, p. 302)

²⁹<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>

Pode-se então inferir que o processo adaptativo demandado pela pandemia implicou não apenas na fuga para sua casa na tentativa de se fugir de um vírus, mas também em uma adaptação comportamental e consequentemente subjetiva, relacionados aos novos modelos de relação estabelecidos. Nesse contexto, vemos que todos já estavam adaptados a um novo estilo de vida, e seus referenciais eram sua comunidade local, e seus familiares.

Na retomada de 2022, ainda com início em apenas 50% dos estudantes, uma expectativa era alimentada para que fossem resgatados a rotina escolar, e o processo de escolarização. A retomada das aulas no município ocorreu dia 14 de fevereiro para todas as escolas e todos os segmentos, ainda seguindo os protocolos de distanciamento e com apenas 50% dos alunos em cada sala de aula.

No entanto, no dia seguinte, dia 15 de fevereiro, todas as atividades escolares foram novamente paralisadas, dessa vez não devido à pandemia, mas por conta de uma grande tempestade que assolou a cidade de Petrópolis na tarde daquela terça-feira que dava início ao ano letivo. Todas as atividades trabalhistas e educacionais da cidade foram interrompidas por 7 dias, pois a cidade ficou completamente destruída por conta de uma forte chuva que comprometeu toda a cidade.

Enquanto outras cidades estavam se adaptando a viver com os cuidados que eram necessários para a retomada das atividades presenciais conjuntas, por conta da pandemia, o município de Petrópolis se esbarra em outro monstro cruel que já faz parte de sua história, mas que pela primeira vez deixou marcas irreparáveis para a memória da cidade Imperial. Muitos mortos, desaparecidos, desabrigados e desalojados, e todos os moradores de Petrópolis, mas uma vez partilhando de um mesmo sentimento o medo.

O município, assim como todo o Estado, estava sofrendo com o aumento do número de casos de covid 19, sendo uma das cidades com os maiores índices é também a que mais sofre com os desastres ambientais

Vale ressaltar que um dos impactos na cidade foi o do alarmante número de mortos, que chegou a ser equiparado com o número de mortes do Estado do Rio de Janeiro. Assim como irá ilustrar o gráfico abaixo

Gráfico 2 - Coeficientes de incidência e mortalidade, Mundo, Brasil, Rio de Janeiro e Petrópolis



Fonte: <https://projetocolabora.com.br/ods3/covid-19-mortalidade-e-dinamica-demografica-no-rio-e-em-petropolis/>.

Os dados apontados no gráfico foram levantados até o dia 25 de fevereiro de 2022, e esse número alarmante é resultado de uma pandemia e do grande temporal que devastou a cidade de Petrópolis no dia 15 de fevereiro de 2022, registrando em apenas um dia o número de 234 mortos na cidade. O que nos leva a considerar que enquanto as demais cidades estavam começando a normalidade, Petrópolis estava vivenciando um momento catastrófico onde mais uma vez foi necessária uma pausa na retomada das atividades.

O município teve todas as atividades de movimentação de renda, comerciais, educacionais, de transporte e entre outras atividades paralisadas por cerca de um mês, tendo em vista as grandes destruições que a cidade se deparou depois da chuva. As atividades escolares na cidade, que iniciou-se em 14 de fevereiro, logo no dia seguinte foi paralisada e só teve seu retorno em 7 de março, com grandes desafios.

No período em que as escolas permaneceram fechadas, e algumas estavam servindo de pontos de apoio para as famílias de áreas de risco, a prefeitura numa tentativa de fazer com que as crianças não ficassem ainda mais prejudicadas, criou o projeto “Espaço seguro” onde as crianças que estavam alojadas em algum ponto de apoio, fossem levadas com a autorização de seus responsáveis para unidades escolares que não estavam sendo usadas, foram usadas as unidades que estivessem distantes de algum lugar que foi muito afetado na cidade, para que essas crianças pudessem ter dias de recreação para que os traumas que elas viveram pudessem ser esquecidos.

Figura 3 - Crianças brincando na escola após o temporal



Fonte: Crianças brincando na escola após o temporal. (fonte: Arquivo pessoal).

Miguel Arroyo vai nos dizer que “entre a diversidade de marcas que os alunos carregam em seus corpos, uma aparece em destaque: lutam pela vida e sobrevivência. Têm urgência por viver. Ao menos viver” (ARROYO, 2019, p. 111) Todas aquelas crianças estavam em um momento em que só queriam viver, ou pelo menos, esquecer o que era impossível para o momento se esquecer. Diante de tantas marcas causadas pela pandemia em corpos tão pequenos nos remete a algo

As marcas de sua condição social são as primeiras a refletir-se nos seus corpos. São estes os primeiros a sentir e padecer os efeitos do desemprego da família, da exclusão, da fome, dos trabalhos infantis, penosos dentro e fora de casa. Nós corpos infantis e adolescentes, débeis instrumentos perante as exigências da dura

sobrevivência, dá para perceber as marcas da fraqueza, do medo, e do cansaço. (ARROYO, 2019, p. 109)

A pandemia deixou marcas em todos os setores da cidade, no entanto, as fortes chuvas deixaram profundas marcas e mais uma vez a cidade ficou coberta de pavor novamente e agora não mais por um vírus, mas sim por algo que deixa marcas visíveis de destruição.

A retomada das aulas aconteceu apenas para as escolas que não foram atingidas pelas chuvas, e que estavam em condições de retorno. Cerca de 30 unidades escolares serviram de abrigo temporário para as famílias afetadas de forma direta pelas chuvas. Algumas unidades não foram liberadas pela defesa civil, pois ficavam próximas a ruas, morros e lugares que afetaram a estrutura de algumas escolas e aguardavam o laudo para que a retomada fosse feita de maneira segura.

No entanto, no dia 22 de março mais uma vez a cidade se viu em apuros, as chuvas voltaram a destruir a cidade e mais uma vez todas as atividades escolares foram afetadas. Todo o trauma que rondava os moradores de Petrópolis foi tomando a todos novamente, e todo o trabalho de adaptação e retomada após quase 2 anos sem aulas presenciais, mas uma vez foi paralisado de forma brusca.

Somente em abril que 90% das escolas conseguiram retomar suas atividades e assim, dar início ao ano letivo. As demais escolas permaneceram fechadas por estarem situadas em áreas de risco ou por serem atingidas diretamente com as chuvas, fazendo com que esses estudantes fossem remanejados para outras unidades escolares.

4 DIFERENÇAS, DIVERSIDADES E DESIGUALDADES

“Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam.” Paulo Freire

Em uma sociedade temos cidadãos que devem exercer cidadania³⁰ e essas práticas são feitas a partir do que cada indivíduo faz dentro do contexto social ao qual está inserido, desta maneira entende-se que cada pessoa contribui de forma boa ou ruim para a sociedade, e tudo que se é contribuído por cada um, constrói um pouco do que vemos na sociedade num todo.

Segundo a teoria de Alex Honneth³¹, cada indivíduo se reconhece em uma sociedade a partir de três esferas de reconhecimento, que são autorrespeito, autoconfiança e autoestima, que diz respeito às relações jurídicas, relações afetivas primárias e as relações solidárias. Cada uma delas, guarda um tipo de autorrealização, como reconhecer que todos os indivíduos têm os mesmos direitos, temos capacidade de nos relacionarmos com as pessoas e nos reconhecemos como alguém social.

No entanto, vemos que existe uma linha tênue no que diz respeito ao reconhecimento social coletivo e as especificidades de cada indivíduo social, por não buscarmos conhecer e muito menos querer por perto aqueles que são diferentes, seja por cor, gênero, performance, pelo lugar e acabamos por reproduzir as atrocidades que já estão diante de nós, e vivemos um paradoxo de estar e, ao mesmo tempo, não conhecer

nóix não sabemos se somos muitos ou se somos poucos, talvez, muitos e poucos ao mesmo tempo. Não sabemos quantos somos, nem se somos, muito menos de que conjunto ou grupo nóix fazemos parte, a não ser quando escolhemos fazer parte de um nóix, de uma galera, de um bonde, de um movimento, de uma falange, por mais que saibamos que, às vezes, fazemos parte sem saber e estamos sempre acompanhados. (MORAES, 2020, p.1)³².

³⁰ A cidadania e o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vivem em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo

³¹ A teoria do reconhecimento é um conceito social filosófico onde o termo “reconhecimento” é abordado como uma necessidade de obter respeito nas relações intersubjetivas. Ao desenvolver a teoria da luta pelo reconhecimento, Axel Honneth procurou esclarecer de que modo conceitos teóricos seriam capazes de apontar para as “motivações” práticas que levam sujeitos e grupos sociais a agirem politicamente.

³² MORAES, Marcelo José Derzi. Becos, ruas, marquises e esquinas, 2020

As contribuições que cada cidadão deixa na sociedade demonstram um pouco do que carregamos, e as experiências de desrespeito afetam a identidade individual e coletiva de cada um, por falta de conhecimento ou por estarmos inseridos em um espaço já carregado de construções que nos afetam de forma direta e que nos marcam socialmente de forma que brechas são abertas e abertas para que a desigualdade de alguma forma se faça presente.

À vista disso, percebemos que a sociedade que inclui mediante as construções e tudo que ela nos ensina desde a primeira formação, aquela que vem da família e que também abrange a todos em sociedade, pode excluir, pois traz consigo um reflexo de construção social num contexto de desigualdade social, mesmo que aparentemente seja algo que não, seja visto de forma explícita, na prática, essas desigualdades são vistas claramente em vários aspectos.

Percebemos que a partir da relação que estabelecemos entre nós, se explica o modo pelo qual se estrutura as experiências da identidade pessoal, isso se dá a partir das situações interativas da vida social, no entanto, o que nos chama atenção é as relações conflituosas que se distanciando, esses conflitos deixam evidente que as relações se chocaram,

Tudo isso nos mostra que essa estrutura desigual ao qual a sociedade está inserida, aborda as relações sociais, em que seus indivíduos não se compreendem nas suas vivências. Carolina Maria de Jesus, em seu livro “o quarto do despejo” 1992, mostra essa perspectiva de como as diferenças sociais nos afastam, e como essas indisposições sociais são perceptíveis quando nos diz que

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (p. 33).

Mesmo que este livro tenha sido publicado nos anos 60, a ideia de que uns vivem em realidades distantes uns dos outros ainda é perceptível, e o que nos distancia ainda mais da ideia de autorrealização numa sociedade. Para Honneth, uma norma é justa ou válida enquanto ela consegue promover a expansão das relações de reconhecimento, porque somente com base na expansão das relações de reconhecimento é possível satisfazer as expectativas de autorrealização de cada indivíduo, contribuindo assim também para a ampliação dos laços de solidariedade entre os membros da sociedade.

Norma essa que em um quadro de desigualdade não se pode saciar as expectativas positivas, diante de situações que dividem a sociedade de duas maneiras, as pessoas que usufruem dos direitos sociais e as que vivem à margem desses direitos por não conseguirem

alcançar esses direitos, por não se sentirem pessoas que possuem direitos. De modo sintético, pode-se dizer que o objetivo de Honneth é uma tentativa de desenvolver em toda consequência um conceito de sociedade, e especialmente de mudança social, a partir da dinâmica de uma luta por reconhecimento.

Seriam as motivações morais das lutas de grupos sociais que, enquanto tentativa coletiva, permitem a progressiva institucionalização e aceitação cultural das dimensões do reconhecimento recíproco (SOUZA, 2000) A desigualdade social é constituída socialmente desde o momento em que existe uma divisão de classes, não se pode existir harmonia social, entre quem tem e quem não tem, não se pode saciar expectativas de autorrealização num contexto desigual. Como ampliar os laços sociais neste contexto? Levando o indivíduo a refletir quais os métodos que enraizamos até os dias atuais e que temos repetidos na primeira socialização das nossas crianças e com isso, levando cada uma dessas a se tornarem cidadãos classificados.

A desigualdade existe, e ela continua sendo alimentada por essas práticas que repassamos de geração em geração, sem pensarmos nas consequências que elas nos trazem, pois já estão enraizadas em nós que dificilmente paramos para analisá-las, às práticas sociais são resultados disso. Contudo, as esferas de reconhecimento social são frágeis a ponto de serem os mecanismos que usamos como pilares aonde uns chegam pelo que dizemos ser mérito e outros ficam às margens. Se compreendermos que cada um constituiu um pouco de algo que todos nós temos direitos de usufruir em sociedade, poderíamos dizer que entendemos o que foi quebrado e estamos num caminho para uma construção moral justa no que diz respeito à sociedade.

Para termos uma autorrealização, é necessário que possamos enxergar o outro como um ser social, sem distinção ou pretensão de que ele seja nosso concorrente, mas considerando que esse outro ser social também contribui com a construção do todo. A sustentação hegeliana dessa hipótese parte do pressuposto lógico de uma luta, já que a liberdade que cada indivíduo tem para agir encontra sempre como presumível obstáculo à liberdade que outro agente individual pode reivindicar para si.

Neste sentido, a única chance de uma solução não-violenta para que esse conflito seria ambos entrarem em uma ordem normativa de reconhecimento mútuo, isto é, uma ordem em que cada parte envolvia concede sucessivamente à outra parte um mesmo conjunto de direitos (em permanente busca, pois, de uma vontade comum) (FORTES, OLIVEIRA, 2020)

Em alguns estudos as periferias são apresentadas como algo avesso da cidade: “[...] territórios à parte, sem lei, sem Estado, sem urbanidade” (ROSA, 2009, p. 5). Esse

entendimento das periferias como espaço de presença do tráfico de drogas, violência, exclusão social e da ilegalidade urbana caracteriza e informa o senso comum, alimentando estereótipo. Entretanto, os autores identificam alguns pontos críticos dentro das periferias, nas quais a fusão entre desigualdade e segregação gera o aumento das consequências dos problemas sociais.

Esses pontos críticos dentro das áreas periféricas são chamados de “hiperperiferias” (TORRES; MARQUES, 2001). Nessas regiões, o nível dos problemas sociais e ambientais de determinadas áreas é impressionante, superpondo, em termos espaciais (e sociais), os piores indicadores socioeconômicos, com riscos de enchentes e deslizamentos de terra, um ambiente intensamente poluído e serviços sociais (quando os há) extremamente ineficientes (TORRES; et al., 2003, p. 100).

Viver em uma sociedade diversa nos coloca ao lado de pessoas com personalidades, culturas, cores e performances distintas, onde cada uma delas são necessárias para que se forme uma sociedade ampla, plural e diversa e homogênea. Tudo isso nos põe em relações de conflitos com nossas crenças, culturas e tudo que nos diferencie. No entanto, é importante ressaltar que algo é diferente quando sua essência ou existência se difere do outro, seja em algo específico ou de maneira geral, e a desigualdade não se refere a situações distintas, mas em uma conjuntura que privilegia alguém ou algo em detrimento dos demais.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (Santos, 2003. p. 56)

No meio da pesquisa de campo, foi chamada em um concurso que havia feito a uns anos atrás, nele conheci outra cidade, outro espaço e sobretudo outra escola, agora não mais numa cidade "conhecida", mas agora num ambiente que também tem ligação com a cidade de Petrópolis, de alguma forma foi usada como lugar de refúgio para guardarem os escravos que eram trazidos para o Brasil e que faziam a subida da serra de passagem para tamanhas falcatruas. Essa cidade fica no interior do Estado do Rio de Janeiro, a 141,4 km da capital e nela conheci um bairro estigmatizado, em que todas às vezes que eram referidos a este algo, sempre de forma pejorativa, mesmo sendo oriunda de um território periférico as falas eram marcantes e muito pesadas a escola em que me deparava foi uma escola muito esquecida e tudo isso fortaleceu ainda mais a ideia de uma educação marginalizada.

As questões analisadas na escola da região serrana, ficou ainda mais perceptível na escola do interior do Estado, tudo isso, pois ela é dividida por pelo menos duas facções em que alguns dos estudantes dela fazem parte e o que me chamou atenção foi o fato de todas as crianças serem negras, a escola com 243 alunos era constituída por crianças e adolescentes pretos e pardos, em sua grande maioria com defasagem educacional. Alguns estudantes não sabiam escrever seus próprios nomes e estavam no sétimo ano, em que pude perceber que o projeto escolar do período colonial de maneira implícita continua a nos visitar

As crianças subalternadas e descriminalizadas carregam a dor da cor, inseridas num contexto de exploração, negação, inferiorização e sobretudo de negação de direitos, o que me chama atenção não é o fato da única escolar ser composta por meninos e meninas, negros e negras, mas pelo fato dela ser uma escola marginalizada em que seus direitos educacionais sempre serão ineficazes.

Essas que frequentam as escolas pelo alimento, são brutalmente inseridos num contexto de marginalização, não pelo sentido em que se imagina propriamente dito,

Marginalizados socialmente porque não possuem força material (capital econômico) e marginalizados culturalmente porque não possuem força simbólica (capital cultural). E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador dela. (SAVIANI, 2008, p. 19)

Quando nossas diferenças nos inferiorizam fica evidente que em suma, a dominação está sendo mantida e que existe uma necessidade de que ela de fato aconteça, mesmo que em alguma parte do mundo, existem pessoas em que vivam nas beiradas, tentando ganhar "na unha" um direito que já é concebido a ela, mas é negado, pois ela não está inserida em sociedade, no entanto, vive as margens da subalternidade.

O trabalho escolar fica comprometido, se não temos uma percepção crítica das contradições sociais, e desta forma percebemos que existe uma lacuna entre a prática social e a educação, de modo que o sistema educacional favoreça uma parte em detrimento das demais, seja pela cor ou pela sua classe social, ou o contexto em que ela está inserida. A escola já se distancia de ser um lugar democrático.

Se analisarmos a grande maioria das escolas de educação básica de caráter público tem alunos majoritariamente pobres e de periferias e que a maioria desses alunos são negros, conseguimos perceber que existe uma incoerência no que diz respeito ao currículo escolar. O currículo que deveria ser totalmente voltado para a realidade dessa escola passa ao que ajuda

para manter esse aluno, negro, pobre e oriundo de periferia, longe da escola, com permanência na escola comprometida,

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Assim percebemos que essa construção social constante não é voltada para uma escola em contextos periféricos, uma escola fora dos grandes centros, o currículo é construído com base nos benefícios de um determinado grupo, mesmo que isso não insira talvez a maioria dos estudantes, e desta forma fica evidente que a escola continua não sendo pensada para todos.

“Os indicadores de educação, em conjunto, nos permitiram documentar um quadro preocupante: além de serem prejudicados por terem origem mais humilde, o que dificulta o acesso e a permanência na escola, os negros são prejudicados dentro do sistema de ensino, que se mostra incapaz de mantê-los e de compensar eventuais desigualdades que impeçam boa progressão educacional”. (OSORIO; SOARES, 2005, p.34)

Desde a época escravocrata até a atualidade, percebemos que ser negro em uma sociedade, dificulta qualquer acesso, e a escola também reforça essas dificuldades, mesmo se tratando de direitos assegurados por lei, falar de negro remete-se a fala de Denise Taliaferro Baszile, “Quanto vale as vidas negras? De que vale o currículo?” em que diz

Das patrulhas de escravos no período de 1700 até as forças atuais, “Servir e proteger” significou disciplinar corpos Negros para proteger interesses Brancos. Existe um tipo de normalidade profundamente perturbadora sobre esta violência, como geralmente voa sob o radar, até que um espetáculo totalmente desorientador - ou uma série de espetáculos - conduza as pessoas, que já chegaram ao limite, a criar um inferno, o que - é claro - é onde nos encontramos agora.” (BASZILE, 2017, P.164 e 165)

Tudo isso fortalece a ideia de que pessoas negras não são e nunca foram bem-vindas em sociedade, e até mesmo as escolas não foram e não são pensadas para nos comportar, e quando nos remetemos ao projeto pedagógico, o currículo escolar, fica a palpável as diferenças e sobretudo não existem especificidades em consideração, porém o currículo potencializa essas desigualdades e exclui esses estudantes, ao invés de incluí-los e usufruírem de seus direitos.

A escola a partir daí tem o desafio de ajudar no combate ao racismo e o preconceito, as diversidades que existem nela. Se salientarmos a ideia de que a escola é o aparelho ideológico do Estado, e que ele ainda carrega toda uma ideia conservadora desde a época da escravidão, poderíamos dizer que a escola nunca se preparou para receber pobres ou negros, por ela ser criada a partir de uma iniciativa privada. A escola carrega ideias, ideologias e preconceitos até hoje, atitudes racistas que já são enraizadas desde muito tempo, e assim a escola é vivenciada como um ambiente excludente e antidemocrático.

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças. (apud Lerner, 2007, p. 7)

A escola que temos hoje, é uma escola cercada por questões que fortalecem as desigualdades, não aceitam as diversidades e coíbi os diferentes, seja por cor, gênero ou orientação sexual, é um ambiente político em que está inserido em todos os lugares, mas a manutenção de cada uma é determinada pelo seu público de interesse, e isso exclui todos os negros, pobres e periféricos. A exclusão educação não foi apenas no passado escravista, ela se perpetua até os dias atuais e assim como Romão nos diz

A exclusão educacional dos afros descendentes não é um dado apenas do passado escravista, mas dos dias atuais, tendo mudado somente as formas e os meios. Ontem a educação era formalmente negada à população afrodescendente escravizada. Hoje a educação é informalmente negada à população negra, descendente dos escravizados, quando o sistema educacional proporciona escolas totalmente desequipadas, escolas insuficientes, professores não preparados, currículos inadequados, material didático impróprio, conteúdos racistas, concepção de educação eurocêntrica/elitista, concepção da cultura brasileira errada. A população descendente de escravizados continua não tendo acesso à educação escolar, agora não por lei, mas pelo não cumprimento das leis e pelas exclusões e racismos das práticas educacionais (LIMA; ROMÃO; SILVEIRA, 1999, p. 31-32).

Tudo que vemos nos mostra que não somente o lugar que a pessoa mora faz com que ela tenha um direito diferenciado, a sua cor de pele também a faz alvo do direito, ou de sua ausência, de forma diferenciada. Somos pessoas de direitos garantidos e a todo tempo precisamos reforçar que isto está na lei.

No dia 20 de julho de 2010, foi sancionado a lei 12.288 que diz a respeito ao Estatuto da Igualdade Racial, que visa reforçar os direitos e deveres dos negros, uma conquista do povo negro, mas mesmo diante dela percebemos que o falar do negro nas instituições é sempre falado de forma pejorativa e nunca como autor de uma história de construção de um País.

4.1 Bioética de intervenção na escola pública de periferia: uma perspectiva

A Bioética de Intervenção, cuja proposta é politizar de modo ético e lidar com os conflitos biotecnocientíficos, sanitários, sociais e ambientais a partir da realidade latino-americana, desenvolve uma linha de pesquisa que pode acolher as críticas e contribuições advindas dos estudos sobre a colonialidade, sobretudo no que diz respeito às bases conceituais relacionadas com as teorias éticas e epistemológicas que a sustentam. Entre estas, especificamente, o estudo discute as relações existentes entre o utilitarismo aceito por ela, por meio de um consequencialíssimo solidário e suas inter-relações com a ideia de colonialidade. (NASCIMENTO, 2010, p. 287).

Dentro desse prisma, a bioética da intervenção com o papel de assegurar a diminuição das desigualdades sociais com a importância de garantir o bem-estar social para não haver interferências que possam atrapalhar a socialização de todos, visa a solidariedade como forma de uma intervenção em primeira instância, e com isso as periferias tornam-se um lugar em que se deve um olhar diferencial entendendo que essas pessoas que vivem nesses contextos são parte de uma sociedade em que deveria se ter igualdade de direitos, mas que a todo tempo se mostra como algo negado, ainda mais diante de tamanha falta de equidade. Nesse contexto,

Buscar a equidade não é fazer pelo mais vulnerável o que nós, na posição menos vulnerável, julgamos mais apropriado, mas construir, com ele, um espaço em que as diferenças não sejam hierarquizadas. Ser solidário não é julgar que os mais vulneráveis são incapazes de mobilidade e melhorias autorrealizadas; tampouco é acreditar na possibilidade de transformação e entregar os mais vulneráveis à própria sorte (NASCIMENTO, 2010. p.287).

Em virtude disso, as periferias são cercadas de entraves que dificultam ainda mais a intervenção de órgãos que asseguram igualdade para ela, o fato básico é que conseguiremos com isso, o aumento significativo do distanciamento de classes sociais (ARROYO,2014), ou seja,

Quanto mais precárias as condições de vida da população local, quanto mais ausente ou escassa a presença do Estado na localidade – desencadeando a segregação da escola, quanto menor o suporte da mantenedora (filosófico, humano, material, político-pedagógico), quanto mais frágil a formação docente no que diz respeito às relações entre educação e pobreza e quanto mais individualizado e isolado o trabalho pedagógico no âmbito da escola, mais intenso é o efeito do território periférico no trabalho escolar (MOREIRA, SANTOS, GANDIN, 2017, p.944).

O autor Eduardo Ribeiro, descreve em seu artigo sobre vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: efeitos territoriais e resultados escolares, como essa disparidade afeta a vida dos alunos e possibilita o distanciamento social:

Esse é um modelo que tanto as velhas características das cidades desiguais, com periferização e segregação espacial provocada pelas grandes distâncias físicas e precariedade de transporte e formas de acesso, quanto dinâmicas de microsegregação (que incluem práticas de distinção social e isolamento sociocultural), caracterizadas pela proximidade entre favelas e habitações de luxo nos bairros mais abastados da cidade. Como apontam Ribeiro e Koslinski (2010) e Ribeiro (2008b), essa proximidade física que compartilha espaços e aproxima pessoas e grupos, por uma série de mecanismos políticos, culturais, econômicos, institucionais e simbólicos, hierarquiza interações e limita acessos a bens urbanos. É uma proximidade espacial atrelada a uma distância social (RIBEIRO, 2014, p 47).

5 DIARIO DE CAMPO

Comecei a visita na escola escolhida para este trabalho logo após o recesso de julho, tendo em vista as fortes chuvas no início do ano de 2022, não foi possível começar antes, além disso, não conseguiria conversar com ninguém, sobre quaisquer assuntos que não as chuvas.

4 de agosto, aguardo o horário para fechar a loja da minha mãe no ifood e saio de casa, a caminho da escola, para me apresentar, já havia feito o primeiro contato com a direção por mensagens, avisando que iria à escola, no entanto, por diversas vezes, desmarquei, na cidade de Petrópolis independentemente da época do ano é normal chover as tardes, e sempre protelava a ida a escola, o caminho que percorri até a escola me fez voltar aos meus 7 anos, lembrei-me de todas às vezes que fazia o mesmo percurso em direção a escola, todas as tardes da semana no mesmo horário, sempre meio-dia, com várias as crianças que também percorriam o mesmo caminho, era chamado de “o trilho”. O trilho fazia ligação dos dois sub-bairros que chamamos de vila hípica (...), o meu ao qual residia e o da escola, por muitas vezes chegava com os pés cheios de lama, pois o chão era de barro.

Lembro-me de quando foi feita uma obra para asfaltar o trilho, no dia da inauguração fomos todos para a rua, pois tinha cachorro-quente e refrigerante, coisa de criança. A partir daquele dia não chegamos mais com os pés cheios de lama, diariamente, passávamos brincando ou correndo em dias de chuva. A volta daquele trilho me fez reviver várias lembranças.

Passando no trilho em direção a escola, revi algumas pessoas conhecidas no caminho, que já não as via há muito tempo, alguns meninos, que hoje já são homens, estavam lá no trilho, por um momento passando na ponte, senti medo, tinha muitos sacos pretos no chão e alguns deles estavam sentados ao meio fio. Apenas um deles eu não conhecia, cumprimentei eles, e o desconhecido veio comigo até a escola, e falando ao telefone, cheguei na entrada da escola, mesmo com o dia ainda claro, havia um cheiro de droga no ar, em frente a escola, hoje em dia, funciona uma pizzeria, na minha época era um bar, tinha muitos meninos, conhecia todos eles, uns já estavam marcados pela conduta de vida, pareciam ter ganhado uns 20 anos a mais, uns estavam com tornozeleiras eletrônicas, muitas motos paradas e o portão da escola aberto.

Entrei pelo portão e rapidamente me vi numa viagem epistemológica, boa, ao mesmo tempo, uma sensação de mudança, e sim, a escola não era mais a mesma que eu havia estudado, tinha ganhado mais sala, mais um andar, uma quadra gigante coberta, que na minha época não havia. Cheguei, e encontrei minha primeira professora, ela hoje é diretora da escola, e muito feliz me recebeu, e falou da dificuldade que tem de saber o que cada ex-aluno fez, depois que saiu da escola.

Sentei -me frente a uma coordenadora pedagógica, eu não a conhecia, entreguei o papel sobre a pesquisa a ela, conversamos sobre a escola, foi estranho ouvir algumas questões que pareciam difíceis a ela de lidar, como as crianças que chegavam atrasadas, pois tinham que levar seus irmãos na escola em baixo que é de educação infantil, as crianças que iam com fome, a indisciplina que era algo que existia de forma alarmante na escola. O clima aquele dia estava pesado, não sabia o que tinha acontecido, passei pela escola, visitei os espaços que não conhecia ainda e voltei para casa, pelo mesmo caminho, no trilho havia alguns meninos subindo o mato adentro, as sacolas pretas ainda espalhadas pelo chão, e um cheiro forte e, ao mesmo tempo, familiar demais, passei andando mais rápido, partilhei a experiência com minha mãe.

Dia 5 de agosto, não fui a escola, liguei avisando que não iria, estava chovendo muito e sempre que chovia, uma árvore caía no trilho, por medo da chuva, optei por não ir

Dia 9 de agosto, voltei a escola, fiz o mesmo percurso para chegar, os mesmos meninos estavam no trilho, fazendo as mesmas coisas, e sempre tinha mais um no meio deles que eram desconhecidos por mim, subindo a rua, um carro de polícia descia, o silêncio na rua pairava. Nesse dia conversei somente com a direção, perguntei sobre a estrutura da escola que havia mudado, e sem hesitar a diretora falou que mesmo com tantos espaços novos, a escola não tem pessoal e nem estudantes suficientes para preencher o espaço.

Por conta das chuvas, algumas famílias foram realocadas para outros bairros, e das que restaram, alguns pais trocaram seus filhos para outra escola, que era próxima, no morro ao lado, uns quinze minutos andando até lá, para evitarem que seus filhos tivessem contato com o ponto de tráfico de drogas que funciona em frente a escola, na pizzaria.

Dia 10, fiz uma sondagem com algumas pessoas que estavam na entrada da escola, e alguns pais que estavam ali, aguardando a saída dos filhos, alguns resistentes não queriam falar muito, revi alguns amigos que também estavam à espera de seus filhos, aproveitei para conversar sobre a escola e sempre ouvia “ele já pode ir sozinho, mas não deixo ele passar ali sozinho, é muito perigoso.”

Dia 11 fui convidada a participar do conselho de classe, nunca havia participado antes, quando cheguei na sala, revi alguns professores que me deram aula, o mais estranho foi entrar na sala e me senti novamente na 3ª série, ou no 4º ano de hoje, na sala a única coisa que havia mudado era a grade de proteção nas janelas que na minha época não existia, e o armário no fundo da sala que não tinha mais, fora isso, até as carteiras eram as mesmas. Naquele dia os professores estavam afoitos, uns dias antes, a polícia havia entrado na escola, procurando uma determinada pessoa, que é aluno da escola, e todos os professores, estavam partilhando suas indignações com o policial que fez a abordagem, no dia, ele chegou na escola armado, abordou os estudantes e apontou sua arma para uns deles, isso tudo num dia normal de aula em período diurno.

Este referido policial já é bem conhecido nas duas vilas hípicas, pelo seu histórico de abordagens de forma autoritária, no entanto, nunca se esperou que o mesmo, ele faria em uma escola, ainda mais durante o dia. A preocupação maior naquele momento era preservar a vida dos estudantes, mesmo sabendo que uma parcela dos que estudam lá são envolvidos com o tráfico local, havia um movimento para tentar protegê-los, como fariam com qualquer outro estudante, mesmo que fosse apenas no ambiente escolar.

A fala dos professores era carregada de aversão aquele policial, a direção da escola, falou que as segundas-feiras era comum achar cápsulas em volta dos muros da escola, na parte interna, algumas delas eram jogadas para que a polícia não percebesse, e nunca se imaginava que um dia a polícia iria entrar na escola desta forma.

Algumas preocupações estavam sendo expostas pelos professores, um deles falou sobre algo que me chamou atenção. *“A escola é um lugar de liberdade, mas com responsabilidade. O ambiente externo está influenciando totalmente a vivência aqui dentro”*. A fala daquele professor me fez pensar que todas essas questões vivenciadas na escola é nada mais que a tentativa de busca por pertencimento

O sujeito por suas necessidades biológicas procura adaptar-se ao meio na busca de sobrevivência e para isso procura modificar esse meio através de sua ação, e ao mesmo tempo modifica-se à medida que interage com o ambiente. É nesse sentido, que o sujeito busca um equilíbrio entre as necessidades internas com as novas situações externas a fim de garantir uma adaptação. (GOMES E GHEDIN 2012, p 216)

Todos os dias era uma nova vivência experimentada naquele lugar, pelo que percebi, nenhum deles esperava tantas demandas acontecendo num curto espaço de tempo, depois de dois anos de pandemia, alguns desafios iríamos encontrar, mas não imaginávamos que seriam

tantos. Aquela escola vivenciou várias situações, a pandemia, em que não tiveram aulas online, tendo em vista que seus estudantes não tinham acesso à internet, a escola disponibilizou as apostilas impressas, sem que houvesse a obrigatoriedade de buscá-las, no retorno das aulas, uma forte chuva paralisa mais uma vez as aulas, e somente em abril tivemos um retorno, no entanto, com tamanhos desafios.

Dia 12 fui ter um tempo com uma turma, entrei na sala, fui apresentada pela coordenadora, bem agitada, mas que me recebeu muito bem. Perguntei a eles o que gostavam de fazer na escola, e o que eles mais gostavam no seu bairro, algumas respostas foram as já esperadas, como jogar bola na rua e mexer no celular, no entanto, no momento em que conversávamos sobre a vizinhança da escola, um deles gritou “*Tia, fulano*”³³ *ajuda os caras lá da rua, a trazer biscoito e bombom para baixo*” (SIC), naquele momento não tinha entendido o que ele estava falando, até que o próprio menino citado explicou que ajudava a entregar os bombons³⁴ e gostava de levá-los, pois sempre ganhava dinheiro deles.

Uma das estudantes que estava na sala foi abordada por um dos meninos da pizzaria, em que tudo que ela fazia, eles contavam para seu irmão. O irmão dela está preso a três anos, ela tem 12 anos, essa turma de 6º ano talvez ainda estivesse os costumes das séries iniciais, por não terem 4 e 5 anos presencialmente por conta da pandemia, a turma ainda era muito infantilizada, precisei de ter mais alguns encontros com eles para que eles pudessem entender minha ida a escola, num segundo momento desenhei o bairro deles no quadro, e fomos juntos desenhando a vizinhança da escola.

A maioria deles são moradores do bairro desde que nasceu, um dos estudantes que estavam presentes na sala, me chamou atenção por ser familiar, no meio da conversa ele se aproximou e perguntou se eu lembrava dele, logo lembrei, ele ficou em uma das escolas que trabalhei na época das fortes chuvas da cidade, ele ficou abrigado em uma escola, e ia até o CEI no projeto espaço seguro. Ele estava morando no bairro, sua família havia perdido a casa, e ele ainda estava conhecendo o bairro, nas conversas ele disse estar gostando de estudar lá, só algumas coisas que eram esquisitas para ele. Ele residia na rua Washington Luiz, no centro da cidade.

O fato dele ter saído do centro para um bairro em contexto periférico chamava atenção de todos, que sempre tentavam entender e, ao mesmo tempo, eles não demonstravam ter noção das informações que eles passavam. Todos eles expuseram alguns fatos que aconteciam abertamente ao redor da escola, sem medo ou constrangimento algum.

³³O nome dele será preservado

³⁴Os bombons aqui referidos são drogas armazenadas nas embalagens de doces.

Em todas as falas era possível perceber que todos eles queriam falar alguma coisa, ou algum caso que presenciaram. O menino que gostava de ser um mensageiro em levar os bombons, quando perguntei o que ele queria ser quando crescesse, respondeu sorrindo que queria ser aviãozinho. Na hora todos riram, mas ele hoje só tem 11 anos e talvez não tenha noção ainda do que ele deseja, mas mesmo em meio a brincadeira, perguntei novamente e ele respondeu “é isso memo tia, não quero ser mais nada não” (SIC), mesmo tão novos, os desejos de cada um deles são muito singulares, enquanto em outros lugares encontramos resposta como ser engenheiro, médico, dentista ou professor, ali na escola, as respostas que tive foi motorista de caminhão, aviãozinho, professor de violão, capoeirista, veterinária e advogado.

Todas as profissões são dignas, mas a escola por ser um ambiente que apresenta a seus estudantes, sempre uma nova perspectiva e dá a elas novos horizontes, não está conseguindo a criança que vive em um ambiente periférico, consigo enxergar além do que ela já está acostumada a ver. A comunidade possui um projeto de muitos anos de capoeira, aberto a todos, uma clínica de banho e tosa para pets ao lado do mercadinho, uma ex-professora da escola muito querida e moradora do bairro que hoje atua na área do direito, e muita marginalidade, fazendo com que várias crianças sejam alvos fáceis para serem usados como transportadores de drogas ilícitas

O desafio maior foi a conversa com o 9º ano, pois estavam passando por várias situações conflitantes envolvendo os estudantes, a turma majoritariamente constituída por negros e negras, a grande maioria das meninas estavam sexualizadas ao extremo, e uma delas foi o assunto central do conselho de classe, na mesma teve sua casa interditada, mas uma vez, pela defesa civil, hoje ela mora na mesma rua que eu, e alguns deles sem nenhum tipo de perspectiva para depois que saírem da escola, é normal na fase em que eles estão terem dúvidas.

Diante de tudo que vi, percebi que o maior desafio da escola pública periférica é entender a sua própria complexidade, em ser um lugar de expansão de conhecimentos e, ao mesmo tempo, ser um ambiente em que abriga, consola, dá assistência, nutrifica e ainda possibilita uma interação com muitas outras culturas, gerando em cada um desses cidadãos em formação que por ela passam um sentimento de avançar, assim como vai nos dizer Freire (2011, p. 87)³⁵ “o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade”.

³⁵FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011

Assim, valorizando a base escolar, podemos obter a superação da problemática educacional. Conseguiremos incluir todos de maneira igual, e contribuiremos para a superação de importantes desafios e problemas educacionais do presente. Como vai nos dizer Paulo Freire

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (1991, p. 126)

Desta forma vemos que a educação é a chave para a transformação, e quando a vemos ou percebemos que majoritariamente todas nossas crianças que estudam em escolas em contextos periféricos recebem esse direito de forma distorcida, lembro-me do que Paulo Freire vai nos dizer que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (1991, p. 84).

Isso nos leva a pensar que a proposta de uma educação transformadora em contextos periféricos, ainda está longe de ser uma prioridade no que diz respeito a uma esfera social, isso porque é necessária uma mudança socialmente dita no quesito educacional para poder haver uma transformação educacional.

A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (VÁZQUEZ apud SAVIANI, 2003, p. 73)

Ao mesmo tempo que escolhi a escola entendendo a disparidade que existe entre uma escola em contexto periférico e uma escola de centro, e na busca em entender essa complexidade, me fez recordar as diversas dificuldades que já atravessamos por fazer parte dessa escola marcada pela marginalização. Escolhi essa escola, esquecida numa cidade Imperial por ter sido estudante nela, todo meu ensino fundamental, e entender que eu também fui uma daquelas crianças que não conseguia enxergar muitas possibilidades, mesmo ainda morando na vila hípica ao lado, separada apenas por um trilho.

Com tudo que vivenciei como estudante da unidade escolar e retornando como pesquisadora, pude perceber que não existe interesse em fazer de uma escola em contexto periférico, um espaço transformador. Entender que numa cidade Imperial, existem escolas em contextos periféricos soa de forma estranha, mas nos mostram que há diversos lugares que escondem por detrás de tantas belezas, pontos turísticos e histórias, uma população vulnerável, em que não se tem o sentimento de transformação.

Os demais dias em que estive presente na escola, não registrei no papel, mas foram dias em que foi preciso ir à escola com mais cuidados, tendo em vista que sempre deixava para ir as tardes, e sempre passava nos mesmos horários, acabei incomodando o “movimento” que estava concentrado no trilho, isso chamou a atenção dos meninos, e por segurança, precisei dar a volta na rua de baixo. Alguns acontecimentos não puderam ser relatados aqui dado a complexidade e para a preservação dos estudantes.

Diante de todo o exposto aqui, percebemos que a escola é totalmente assistencialista, e isso a transformou num espaço em que as pessoas se retratam a ela, como depósito de crianças em que não se tem uma expectativa de uma educação emancipatória naquele ambiente, e quem sobre com isso são as crianças, jovens e os adolescentes que residem numa cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, numa região rodeada por montanhas, historicamente Imperial com características da época colonial e que são oriundos de famílias vulneráveis que moram nos morros da cidade. Pode parecer incoerente, mas como um dos professores disse em uma das conversas na escola em que ele diz o seguinte, *“precisamos entender que vivenciamos o dia a dia de uma escola periférica em uma cidade Imperial.”*

CONCLUSÃO

Contudo, diante de tudo que foi exposto é importante salientar a importância da Bioética como intervenção dizendo respeito às crianças e escolas periféricas, e como as divisões de classes fortalecem as diferenças sociais o que dificulta ainda mais o acesso das pessoas que vivem em periferias, aos demais lugares, e com isso todo o projeto se dará a partir das pesquisas de campo onde será observado essas diferenças que pode ser encontradas no âmbito escolar periférico, e como os estereótipos podem atrapalhar as escolas periferias de desenvolverem o seu trabalho de forma igualitária sem a fragmentação dele e compreender que os sujeitos que ali estão inseridos, estão em processo de formação e socialização tornando o papel da escola ser ainda mais importante as periferias.

Com tamanha distinção social a proposta formativa da escola fica comprometido, do contrário leva à apropriação das contradições sociais, o que leva ao distanciamento de boa parte dessas crianças da escola, por existir essas diferenças, assim percebemos que existe uma lacuna entre a prática social, as periferias e a educação, de modo que se a escola em seu currículo favoreça uma parte em detrimento de outras crianças, seja pela cor ou pela sua classe social, pelo lugar em que esta instituição está inserida, a mesma já se distancia de ser um lugar que em tese deveria ser de cunho democrático.

Fazendo um paralelo com as escolas que não são localizadas em periferias, de certo modo, pode ser visto nas instituições públicas de uma forma e nas privadas de outra forma, José Carlos Libâneo em seu livro³⁶ “Democratização da escola pública, A pedagogia crítica social dos conteúdos” descreve um pouco sobre como a escola pública enfrenta dificuldades tanto na questão de estrutura da escolar como na questão de fazer do espaço educacional um lugar para todos, e que já havia sido mencionado neste trabalho, mas que cabe a reflexão, ele diz:

O quadro a que está reduzida a escola pública é melancólico: desinteresse dos governos, professores mal remunerados, despreparados, desanimados, crianças famintas, precocemente envolvidas no trabalho ou na marginalidade, empobrecidas culturalmente face às suas condições de vida, prejudicadas escolarmente por uma escola inadequada; escolas sujas, vidros quebrados, falta de recursos didáticos, etc. Ou seja, os governos estão deixando que a escola permaneça numa agonia sem fim, não para matá-la, mas para mantê-la nos limites mínimos de sobrevivência, tal como

³⁶LIB NEO, José Carlos, Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990. 149 p (Educar; 1) ISBN 8515001810

vem fazendo com o povo. Não está nos planos dos governos a elevação da qualidade da escola, porque não interessa à classe dominante a formação cultural verdadeira que libertaria os indivíduos e possibilitaria a tomada de consciência dos mecanismos de dominação capitalista (LIB NEO, 1990, p. 80).

É evidente que a realidade econômica do país influencia no sistema educacional, pois para uma boa educação é necessário bons investimentos em todos os aspectos, como na estrutura físicas das escolas e na formação continuada dos profissionais que nela se dedica. Enquanto não houver novos olhares a essa temática, a educação pública de qualidade será utopia. Observa-se com isso, que a escola em contextos periféricos não só

Assim observamos que a escola, sobretudo a pública, tem diversos desafios, entre eles o de se combater o afastamento dos alunos oriundos de periferias, que em sua grande maioria são negros, e inserir para unir toda a população, mas que exige um cuidado em relação à forma de se inserir essas pessoas, não utilizando de métodos que fogem da realidade desses alunos, ao ponto de deixá-los desamparados por ela. A escola de modo geral enfrenta um desafio hoje antes de tudo de saber para qual público-alvo ela é voltada, uma vez que sabemos que o primeiro modelo de escola era voltado somente para a elite e todo seu sistema era na intenção de formar uns para explorar outros, e assim percebemos que a escola sendo um aparelho ideológico do Estado ela trabalha nessa perspectiva mesmo que isso de alguma forma dificulte o acesso e a continuidade de determinados alunos a mesma.

Percebemos diante das pesquisas, das visitas na escola municipal liberdade e diante de todo exposto, fica explícito que o descaso com o serviço público municipal e o desgaste dos professores, e toda equipe escolar, não só atrapalha o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem, mas negligência e coloca todo o processo educacional das crianças, fazendo com que elas sejam impossibilitadas de aprender

Diante disso, as crianças são limitadas em seu acesso, pois estão inseridas na escola, mas não desfrutam do que ela oferece, deixando marcas em seus processos, e distanciando ainda mais estas da escola

Em meio pesquisa de campo fui chamado em um concurso que havia feito a quase quatro anos atrás, e pude conhecer uma escola localizada em um bairro totalmente tomado pelo tráfico onde a maioria das crianças era filhos do tráfico, seus pais eram traficantes, uns já haviam sido mortos em conflitos, outros foragidos ou presos, alguns viviam com os avós, e não tinham contato com os pais, outros filhos das drogas onde não sabiam do paradeiro de seus genitores.

O que nos chamou atenção foi o número alarmante de crianças que não sabiam escrever, e ler. A grande maioria com a idade de 13 a 15 anos infrequentes na escola e que usavam o espaço escolar para comercialização de drogas, na escola, haviam estudantes de pelo menos 2 facções distintas, mas que eram pertencentes de uma mesma família, dividida pelo tráfico, e que levavam as demandas para a escola, criando ali um espaço onde a violência era a única linguagem conhecida, todas as crianças e adolescentes que ali frequentavam não sabiam reconhecer nenhum gesto de carinho, e não se abriam para o receber.

Crianças que aprenderam com a rua o que é família, e que convivem com a insegurança dia após dia. As drogas, o porte de arma, os palavrões, as siglas de comando era ao que eles aprenderam. A escola não teve espaço na vida deles, e mesmo com tantos esforços, nenhuma proposta foi bem-sucedida para a unidade escolar, as demandas não violentas eram vistas com estranheza diante deles, e a cada olhada eles se digladiavam. Não havia vencedor, todos perderam. A escola havia passado por uma reforma, e quando retornaram, eles mesmo já estavam destruindo, não por serem ruins, mas por não terem aquele espaço, sendo um espaço de aprendizado em que se deve preservar o espaço. Talvez até mesmo o que eles entendem como tráfico não é bom, pois até mesmo um traficante tem a ciência de que a escola não é inimiga deles, muito pelo contrário, é o espaço emancipador de conhecimento. A ignorância predomina.

A pesquisa deste trabalho buscou compreender como a ineficiência dos direitos educacionais poderiam ser prejudiciais para o processo de ensino aprendizagem das crianças que estudam e residem em escolas em contextos periféricos e foi possível através dos estudos e da pesquisa de campo perceber que as crianças estão totalmente vulneráveis dentro das escolas, uma vez que as instituições escolares não estão preparadas e equipadas para las recebe, ainda mais diante das vivências que cada uma carrega consigo.

Com isso, podemos dizer talvez com tristeza que os direitos continuaram a chegar as escolas periféricas de forma fragmentada e seletiva, pois não há uma preocupação com o que é diferente. As crianças que estão na escola, mas sem perspectiva de um novo, continuaram ali, alimentando o físico e saindo dela.

Um dos agravantes presentes na escola pública é o descaso do servidor público. As crianças que são o produto dos direitos educacionais são interrompidas de terem acesso a este dentro da unidade escolar por aqueles que por anos se especializaram para contribuir para o desenvolvimento dela, e com o descaso, a falta de investimento e pelas escolas estarem sucateadas, pela violência existente nas escolas acabam sendo agente direto na manutenção do caos educacional.

A escola é ainda o principal caminho para se discutir questões éticas, uma vez que, o ambiente escolar está repleto de possibilidades que evidenciam a ética como necessária e capaz de permitir um relacionamento mais harmonioso entre os atores educacionais (CAMARGO; FONSECA, 2014).

Ela é hoje o ambiente em que há uma pluralidade reunida em um único lugar, mesmo que ainda colabore para a manutenção das desigualdades, principalmente a escola pública, possui uma diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual e social muito grande

A educação deve inspirar nos fundamentos da bioética. O que ela aspira são os grandes desafios que historicamente a humanidade sempre almejou: a dignidade humana, a qualidade de vida, a justiça e a autonomia. Educar para a autonomia é ensinar a buscar a realização e não a destruição. Este é o verdadeiro significado de uma educação voltada para a bioética. Cada geração necessita fazer esse esforço. (ZANCANARO 2006, p. 174)

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. História Social da Infância e da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ALMEIDA, Lenildes Ribeiro da Silva. Pierre Bourdieu: A transformação Social no contexto de “A reprodução”. Rev. Fac. Educ. UFG, 30 (1): 139-155, jan/jun. 2005.
- Assembleia Geral da ONU (2005). Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf> Acesso: 17 de julho de 2021. 16:07.
- ARROYO, Miguel González. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 336 p.
- _____, Miguel González; Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres/ 5ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____, Miguel González; Vidas ameaçadas: exigências- respostas éticas da educação e da docência - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- AZEVEDO, Azevedo de. A Cultura Brasileira. 5ª. Ed., revista e ampliada. São Paulo. Melhoramento, Editora da USP, 1971.
- BARRETO, Andreia Cristina Freitas. ROCHA, Daniele Santos. COVID 19 E EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIAS, DESAFIOS E (IM)POSSIBILIDADES INSS 2675-1291- DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0010>. Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de and BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha. Não brancos(as) e periféricos(as): histórias da docência no Brasil. Rev. Bras. Educ. [online]. 2020, vol.25, e250042. Epub Oct 21, 2020. ISSN 1809-449X. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782020250042>.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da Igualdade Racial. Lei 12.288/10 Disponível em: <[http:// www. planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BASZILE, Denise Taliaferro; Quando vidas negras importam... De que vale o currículo? Rio de Janeiro, 2017.
- BOURDIEU, P; SAINT-MARTIN, M. As categorias do juízo professoral. In: BOURDIEU, P. Escritos de educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BULHÕES, Thaisa de Andrade. Desabrigados e desalojados: desastres ambientais e consequências sociais em uma rua de Petrópolis - RJ. Thaisa de Andrade Bulhões/ Felipe Berocan Veiga, orientador. Trabalho de conclusão de curso, Niterói, 2018.

BUSCH, Amarílis; AMORIM, Sônia. A tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011: procurando respostas. Casoteca de Gestão Pública - ENAP 2011. <Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/328/2/A%20trag%C3%A9dia%20da%20regi%C3%A3o%20serrana%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20em%202011%20procurando%20respostas.pdf>>

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____, Vera Maria Ferrão - Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. Educ. Soc., 79: 125-161, 2002.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Vol. I. - Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.179-191.

CATÃO, Maria de Fátima. O ser humano e os problemas sociais: questões de intervenção. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, PB- Brasil; Temas em Psicologia – 2011, Vol.19, no 2, 459-465.

COHEN, C; GOBBETTI, G. Bioética da vida cotidiana. Cienc. Cult. vol.56 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2004.

CHAUÍ, M. Folha de São Paulo. São Paulo, 01 de maio de 1990.

CONCEIÇÃO, Joanie. Pandemia de Covid-19: Entre Vidas Negras e a Morte. E-book Intelectuais Nordestinas insubmissas, diálogos insubmissos de mulheres negras. Fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai. Editora Devires. 2022, 36-50.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. Livraria Editora Ciências Humanas. Segunda Edição. São Paulo, 1979.

CONNELL, R. W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, Pablo (org.); Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CUNHA, P. M. C. C. Da senzala à sala de aula: como o negro chegou a escola. In: OLIVEIRA, L. (coord.) Relações Raciais no Brasil: alguns determinantes. Niterói: intertexto/UFF: 1999.

DE CASTRO, Antônio Luiz Coimbra. Manual de planejamento em defesa civil. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999.

Direito à educação: Subsídio para a gestão dos sistemas educacionais: orientações e marcos legais /Organização: Ricardo Lovatto Blattes. - 2 ed. - Brasília: Mec, SEESP, 2006. 343p. <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoeducacional.pdf>> Acesso em 16 dez 2022.

DOMINGUES, José Luiz (1985). O cotidiano da escola de 1º grau: sonho e a realidade. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo (Tese de Doutorado).

DUBET, François. O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

Equipe editorial de Conceito.de. (15 de outubro de 2014). Atualizado em 16 de dezembro de 2019. Conceito de periferia. Conceito.de. Disponível em:< <https://conceito.de/periferia>> Acesso em 23 fev. 2023.

FANON, Frantz. Condenados da terra. v. 42. 1. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. v. 1. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da Esperança. Paz e Terra, 1994.

_____, Paulo – Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996..

_____, Paulo, 1921 – A importância do ato de ler: em três artigos que se completam / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4)

_____, Paulo; Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática da educativa/ São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FERREIRA, Matheus Martins; RODRIGUES, Renato Arthur Franco. A biopolítica da pandemia e seu impacto no cotidiano. Revista do CEAM, v. 6, n. 1, p. 20-29, 23 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953117>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/31875>. Acesso em: 16 jul. 2021.

FERREIRA, Wallace. Bourdieu e educação: Concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil. Rev. CAP-UERJ, V.2 – n. 3 – junho 2013.

FOCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. Revista brasileira de história da educação nº 4 jul/dez.2002.

FRÓES, Carlos Oliveira. Petrópolis: A saga de um caminho: gênese e evolução do território Petropolitano. Instituto Histórico de Petrópolis [portal]. Petrópolis, 20 jan. 2006. Disponível em: www.ihp.org.br. Acesso em: 12 fev. 2023.

GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. Bioética: poder e injustiça. São Paulo: Edições Loyola, 2004. -522 P.

_____, Volnei. Inclusão social no contexto político da Bioética. Revista Brasileira de Bioética SBB; Volume 1, nº 2, 2005.

GOMES, Nilma Lino, (2002). Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Impérios 1875-1914. São Paulo: 3ª ed., Paz e Terra, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. O Brasil Monárquico. Tomo II; declínio e queda do império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

hooks, bell. Anseios: gênero e políticas culturais. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 448 p.

____ bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 356 p.

HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan. (org.). Teoria Social Hoje. São Paulo: Unesp, 1999.

_____, Axel. Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. O quarto do despejo. 10ª edição. São Paulo. Ática. 2019.

KOERICH, Magda Santos; MACHADO, Rosani Ramos; COSTA, Eliani. Ética e Bioética: Para dar início à reflexão. SC. 2005 Jan-Mar; 14(1):106-10.

LEONE, S.; PRIVITERA, S.; CUNHA, J.T. (Coords.). Dicionário de Bioética. Aparecida: Editorial Perpétuo Socorro/Santuário, 2001.

LEPIKSON, Maria de Fátima; VIEIRA, Carlos Roberto. Educação E Marginalização: Um estudo sobre teorias críticas e não críticas em Educação. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, v. 02, n. 03, p. 79-92, jan./jun. 20.

LIBÂNEO, José Carlos, Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990. 149 p (Educar; 1) ISBN 8515001810.

MEINERZ, Carla Beatriz. Desafios da prática docente com jovens da periferia urbana de Porto Alegre. XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL De 03 a 05 de novembro de 2010 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil.

MONIOTE, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF. Jacques; NORA, Pierre. História (volume I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

MORAES, Marcelo José Derzi. Becos, ruas, marquises e esquinas. In: BORGES-ROSARIO, Fábio.

MOREIRA, Simone Costa. Efeito do Território Periférico no Trabalho Escolar: análise de duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MULLER, Maria Lúcia; PAIXÃO, Léa Pinheiro. Educação, diferenças e desigualdades. Cuiabá: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, 2006. EdUFMT, 2006. 252 p.

NASCIMENTO WF. Por uma vida descolonizada: diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade (tese). Brasília: Universidade de Brasília. 2010;

NASCIMENTO, Maria Isabel M. A Primeira Escola de professores dos Campos Gerais-PR, Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP- Faculdade de Educação, 2004.

OLIVEIRA, Alexandre César Gilsogamo Gomes de. “Crianças-problema” em escolas públicas periféricas: poder. Discurso e (des) caminhos; Universidade de São Paulo. 7º SBECE, 2017.

OLIVEIRA, Iolanda. Desigualdades raciais: construção da infância e da juventude. Niterói: Intertexto, 1999.

_____, Iolanda. Relações raciais e educação: a formação continuada de docentes da escola básica - evidenciando alguns fatores relacionados às políticas estabelecidas. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande-MS, n. 31, p. 85-101, jan./jun. 2011.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em 16 dez 2022.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro, SOARES, Serguei. A geração 80: Um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos. In: SOARES, Serguei; Beltrão, Kaizô. Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

PATTO, Maria Helena de Souza. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro . Psicologia USP, 3(1-2), 107-121. <https://doi.org/10.1590/S1678-51771992000100011> (1992).

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada da branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria. A. S. (Orgs.); Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 72. Relações raciais e educação: novos desafios. Iolanda de oliveira (org.) – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Coleção Políticas da Cor.

RIBEIRO, Eduardo, Vizinhaça, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: efeitos territoriais e resultados escolares. Artigo. BIB, São Paulo, nº 75, 1º semestre de 2013 (publicada em setembro de 2014), pp. 41-87.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira: A organização Escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SALLES, L.M.F., De Paula e SILVA, J.M.A., REVILHA, J. C e FERNANDEZ, C. (2014). um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar. Psicologia e Sociedade, 26(1), 148-157.

SALOMONE, Renata. Entre o universal e o particular: o desafio da práxis pedagógica em escolas de meios populares. In: PAIVA, Angela Randolpho; BURGOS, Marcelo Baumann (Orgs.). *A escola e a Favela*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009. p. 235-263.

SAVIANI, D. (2008). *História das ideias pedagógicas* (2. ed. rev. e ampliada). Campinas, SP Autores Associados.

_____, D. *Escola e Democracia*. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SANCHESA, Mário Antônio; SOUZA, Waldir. Bioética e sua relevância para a educação. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 277-287, jan./abr. 2008.

SANTOS, Cláudio Félix dos. *Crítica ao esvaziamento da cultura escolar*. Organização, Salvador: EDUNEB, 2013.

SANTOS, Graziella Souza dos. *Recontextualizações Curriculares: uma análise sobre os processos curriculares no âmbito do planejamento e das práticas pedagógicas de ensino dos professores*. Porto Alegre, 2017. 294f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Coleção Reinventar a emancipação social para novos manifestos - Vol. 3

SENADO FEDERAL. *Impactos da pandemia na educação no Brasil*. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>>

SEVERINO, Antônio. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Cleiton Viana da. Bioética e prática social. *Revista de cultura teológica* – v.17 – n. 68 – Jul/dez 2009, p.122-124.

SILVA, P. F. Educação em bioética: desafios na formação de professores. *Ver. Bioética* (impr.). 2011; 19 (1): 231-245.

SILVA, Renata Aquino da. *Afro inscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades*. 2018. 155f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2018.

SOUZA, Elson Oliveira. A bioética no sistema de ensino. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000096, 28/12/2016. Disponível em: <<https://semanaacademica.com.br/artigo/bioetica-no-sistema-de-ensino>> Acesso em> 18/07/2021.

SCHWARZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira* - 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Infância(s) em periferias urbanas: O direito à cidade e a formação das professoras da infância numa escola de educação infantil*. II Congresso Internacional Infâncias e Brinquedos de Ontem e de Hoje. Aleph- Dez 2014.

TOMASI, Rubilar. A Teoria do Reconhecimento de Honneth e as Contribuições para os Processos Educativos. XANPED SUL, Florianópolis, 2014.

THEODORO, Mário. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. São Paulo; Artigo. Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas, 2014. V.8, N.1.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

UNICEF, publicações. Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância. pobreza, 20p, NOVA indd. 2018. Disponível em:<
https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Serviço Social e Criança e Adolescente: a produção do conhecimento na FASSO/UERN (1990/2011) / Maria Ivonete Soares Coelho, Cinthia Simão de Souza, Hiago Trindade de Lira Silva, Vilsemácia Alves Costal (Orgs.). Mossoró: UERN, 2012.

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan./abr. 2013.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. A escola da periferia: Escolaridade e segregação nos subúrbios. Resenha do livro de Agnès Van Zanten, L'école de la périphérie. Scolarité et ségrégation en banlieue (Paris: PUF, 2001. 425p. Coll. Lien Social), traduzida por Alain François. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 273-278, abril 2004 273. Disponível em <<https://www.cedes.unicamp.br>>.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. Poder político e educação de elite. 3.ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 Anos Depois - Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. São Paulo, Ática, 1994